



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

✓

AP

ACTA NÚMERO DOIS

ACTA DA 2.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE ABRIL DE DOIS MIL E ONZE. -----

----- Ao vigésimo sétimo dia do mês de Abril do ano de dois mil e onze, pelas vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, na sua 2.ª Sessão Ordinária, convocada pelo seu Presidente, Luciano da Silva Gomes, em edital datado de um de Abril de dois mil e onze, e com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS: -----

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA, DE ACORDO COM O ESTIPULADO PELO ART.º 39.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL; -----
2. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO, DE ACORDO COM O ESTIPULADO PELO ART.º 40.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL; -----
3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----
 3. 1. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ACTA N.º 1/2011; -----
 3. 2. INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL. [ALÍNEA E) DO N.º 1 DO ART. 5.º DO REGIMENTO]; -----
 3. 3. PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2010 DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA; -----
 3. 4. INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPECTIVA AVALIAÇÃO; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

**3. 5. DOCUMENTOS FINAIS OBRIGATÓRIOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS,
DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E SANEAMENTO DA MAIA,
RELATIVOS AO ANO DE 2010;** -----

**3. 6. POSTO DA GNR NO CASTELO DA MAIA, NA FREGUESIA DE S. PEDRO DE
AVIOSO – AQUISIÇÃO DE UM PRÉDIO COM VISTA À INSTALAÇÃO DO POSTO
DA GNR DA MAIA E DE UMA SECÇÃO AVANÇADA DOS BOMBEIROS
VOLUNTÁRIOS DE MOREIRA-MAIA – REAVALIAÇÃO E ACERTO FINAL DE
CUSTO;** -----

**3. 7. RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
2010;** -----

**3. 8. ESPAÇO MUNICIPAL – RENOVAÇÃO URBANA E GESTÃO DE
PATRIMÓNIO, E.E.M. – ALTERAÇÃO DE ESTATUTOS;** -----

**3. 9. ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA E SEU
SUBSTITUTO, QUE REPRESENTARÁ AS JUNTAS DE FREGUESIA DO
CONCELHO DA MAIA, NO XIX CONGRESSO NACIONAL DE MUNICÍPIOS;** -----

**3. 10. RELATÓRIO DE GESTÃO DAS EMPRESAS MUNICIPAIS: “MAIAMBIENTE
– EMPRESA MUNICIPAL DO AMBIENTE, E.E.M.”, DA “EMPRESA
METROPOLITANA DE ESTACIONAMENTO DA MAIA, E.E.M.”, DA “ACADEMIA
DAS ARTES DA MAIA, PRODUÇÕES CULTURAIS, E.E.M.”; DA “ESPAÇO
MUNICIPAL – RENOVAÇÃO URBANA E GESTÃO DO PATRIMÓNIO, E.E.M.” E
DA “TECMAIA – PARQUE DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA MAIA” – (PARA
CONHECIMENTO).** -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, LUCIANO DA SILVA GOMES, iniciou os trabalhos com uma saudação a todos os presentes, realçando os votos de que todos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

tivessem passado uma Santa Páscoa. Informou que a Senhora Deputada Lídia Paula dos Santos Silva Pereira Branco, do Partido Social-Democrata, tinha pedido a sua substituição para a presente sessão, tendo sido substituída pelo Senhor Deputado Armindo Ferreira Moreira, já anteriormente identificado; o Senhor Deputado Tiago Nuno Pires de Carvalho Oliveira Silva, do mesmo partido, pediu igualmente a sua substituição para a presente sessão e deveria ser substituído pela Senhora Fernanda da Conceição da Silva Pinheiro Gonzalez Machado, mas que, por impossibilidade desta estar presente, foi substituída pelo Senhor Deputado Tiago João Tavares dos Santos Silva, já anteriormente identificado. Os documentos comprovativos destas substituições fazem parte integrante da acta como **documentos 1, 2, e 3**, respectivamente. Lembrou aos cidadãos presentes e interessados em intervir no Período de Intervenção do Público, para fazerem a sua inscrição prévia, preenchendo o impresso próprio e fazê-lo chegar à Mesa. Pediu a todos os Senhores Deputados para, no Período de Antes da Ordem do Dia, cumprirem o tempo regimentalmente atribuído – uma hora. Verificadas as presenças constatou-se a ausência do Senhor Deputado Rui Manuel Madureira de Sousa Monteiro. Ao abrigo da alínea c), do ponto 1, do artigo 38.^º da Lei n.^º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.^º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Senhor Presidente da Junta da Freguesia da Maia, Carlos dos Santos Teixeira, fez-se representar pelo Secretário do seu Executivo, o Senhor Mário Augusto da Costa Ramos. O documento comprovativo desta substituição faz parte integrante da acta como **documento 4**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA abriu as inscrições para o Período de Antes da Ordem do Dia, tendo-se inscrito e usado da palavra os Senhores Deputados:

MÁRIO MOREIRA DUARTE falou sobre os ideais de Abril, a crise actual e o Governo através da leitura do texto que faz parte integrante da acta como **documento 5**.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

RAQUEL ALMEIDA REBELO DA SILVA MAIA falou sobre a actividade da CPCJ da Maia, através da leitura do texto que faz parte integrante da acta como **documento 6**. -----

ALCINDA MÁRCIA OLIVEIRA GUEDES DA SILVA falou sobre a situação do país, o atraso da construção da Linha do Metro do ISMAI até à Trofa e a abertura que algumas empresas de comércio de grandes superfícies vão fazer no dia 1 de Maio, Dia do Trabalhador, através da leitura do texto que faz parte integrante da acta como **documento 7**. -----

FRANCISCO AMORIM DOS SANTOS BAPTISTA, em nome do Bloco de Esquerda, manifestou o seu protesto contra o facto do Município da Maia não realizar as cerimónias comemorativas do 25 de Abril de 1974 e que não eram aceitáveis as razões evocadas na reunião de líderes. De seguida, recordou o 25 de Abril de 1974 através da leitura do texto que faz parte integrante da acta como **documento 8**. -----

ANA MARIA FERNANDES LEITE disse que o dia 25 de Abril de 1974 tinha sido uma data muito importante, a qual deveria ser recordada no que de bom tinha acontecido para Portugal e para os portugueses, e não ser aproveitada para se fazer campanha eleitoral como tinha acontecido na intervenção do Senhor Deputado Mário Moreira Duarte. De seguida, falou sobre esta data, através da leitura do texto que faz parte integrante da acta como **documento 9**.

ARÍDIO DOS ANJOS TEIXEIRA lamentou que, neste ano, no Município da Maia não tivesse sido realizada a comemoração do 25 de Abril de 1974, através da leitura do texto que faz parte integrante da acta como **documento 10**. -----

ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA disse que iria dar conta de uma pequena preocupação e lançar um repto sobre a decisão do Governo sobre a substituição das SCUTS por portagens. Esta decisão do Governo de substituir as SCUTS por portagens tinha tramado o défice de acordo com último comunicado do Instituto Nacional de Estatística, INE, que leu o seguinte trecho: "Na sequência do pedido de ajuda externa apresentado por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

[Handwritten signatures]

Portugal, houve necessidade de antecipar aquele calendário com o objectivo de compilar dados estáveis para 2010, que constituíssem o ponto de partida para as negociações em curso. O INE e o Eurostat procederam a uma análise urgente daquelas questões, tendo sido todas elas clarificadas, sem haver necessidade de se proceder a revisões com a excepção do tratamento a dar a contratos envolvendo Parcerias Públicas Privadas (PPP). De facto, após análise detalhada de um elevado número de contratos de grande complexidade, concluiu-se que três deles (dois dos quais correspondendo a contratos renegociados de ex-SCUT) não têm a natureza de contratos PPP, em que o investimento realizado é registado no activo do parceiro privado. Naqueles três contratos, os utilizadores estão sujeitos a um pagamento pelos serviços prestados numa proporção significativa relativamente ao pagamento de disponibilidade desses serviços pelas Administrações Públicas (que integram, em Contas Nacionais, a Empresa Pública Estradas de Portugal) à contraparte privada. Esta conclusão foi obtida em estreita articulação com o Eurostat, dado que as orientações do Manual do Défice e da Dívida das Administrações Públicas a este respeito não são particularmente explícitas quanto ao tratamento deste tipo de contratos que apresentam uma natureza híbrida (isto é, no caso de construção de estradas, contratos prevendo a existência de portagens). Em concordância com o Eurostat, este assunto encontra-se agora totalmente clarificado de acordo com o seguinte princípio: quando os utilizadores finais pagam a maioria do custo do serviço, o investimento realizado deve ser registado no activo da unidade institucional que recebe esses pagamentos. Uma vez que as portagens constituem receita das Administrações Públicas, os activos integrados nestes contratos são considerados investimento das Administrações Públicas, afectando em consequência a respectiva necessidade de financiamento. Com efeito simétrico neste saldo, em contabilidade nacional, a componente dos pagamentos futuros das Administrações Públicas que visam compensar a contraparte privada nestes contratos pelo

investimento realizado, não serão considerados. Ou seja, com esta alteração, ao aumento do défice no passado, está associado o efeito da redução do défice no futuro, comparativamente ao que aconteceria caso estes contratos fossem tratados como PPP.” Isto significava que o Governo ao ter decidido passar directamente para os utentes das auto-estradas, que estavam em regime de SCUTS, o pagamento da utilização, fez com que o critério de contabilização do investimento feito nas auto-estradas tivesse de ser assumido pelas estradas, elevando o valor ao défice de 2010 e da dívida pública. Ou seja, para resolver um problema de tesouraria, o Governo foi forçado a imputar valores adicionais ao défice. Apesar do que tinha sido feito pelos Autarcas e populações da Área Metropolitana e, de forma especial, da Maia, contra a introdução de portagens, os residentes e trabalhadores da Maia foram onerados com a obrigação de pagar portagens, e com isso tinham, involuntariamente, contribuído para o aumento do défice. Este facto referido por uma entidade idónea, o INE, tinha provocado uma enorme perplexidade, e vinha provar a incompetência política do actual Governo que era transversal a todos os partidos políticos que tinham apoiado a introdução de portagens nas SCUTS. Os Maiatos eram onerados com o PEC I, PEC II, PEC III e tudo continuava cada vez pior. Foram obrigados a pagar portagens e com isso contribuíram para o aumento do défice. Mil milhões de euros tinha sido imputado nas novas portagens e ainda faltavam mais de 500 quilómetros de SCUTS a mudar para portagens, entre as quais a Via do Infante. Quando tal vier a ser implementado, o défice irá aumentar mais entre 0,6 e 0,8%. Para defender a consolidação orçamental, era necessário acabar com as portagens e reintroduzir as SCUTS, mas para todos, pois os maiatos não admitiriam que fossem tratados como portugueses de segunda categoria. Esta situação não deixava de ser perplexa. A finalizar, disse que o país estava a passar por um processo eleitoral. A 5 de Junho, os portugueses iriam ser chamados a eleger os novos deputados na Assembleia da República. Como Deputado Municipal não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

[Handwritten signature]

queria aproveitar esta sua condição para fazer campanha para esse acto eleitoral. Era um autarca do Município da Maia, da Área Metropolitana e, neste período, falaria apenas e só de assuntos que a tal dissessem respeito. A Maia e a Área Metropolitana mereciam ser mais respeitadas e não podiam continuar a ser castigadas. -----

FLORIANO DE PINHO GONÇALVES falou sobre o 25 de Abril e de algumas questões relacionadas com a freguesia de Vila Nova da Telha, através da leitura do texto que faz parte integrante da acta como **documento 11**. -----

DAVID AUGUSTO DUARTE TAVARES disse que, na presente sessão, tinha ouvido as já habituais intervenções daqueles que se consideravam como os únicos herdeiros e proprietários do 25 de Abril e da liberdade. Dispensava a tutela desta data, pois, a sua preocupação estava centrada no estado em que encontrava Portugal. Muitos criticavam que, na Maia, não tivesse sido realizada a Sessão Solene evocativa do 25 de Abril; porém, esses mesmos que criticavam, pertenciam ao grupo que, nos últimos anos, mais tinham contribuído para desrespeitar o espírito de Abril. Gostaria de saber o que pensariam os verdadeiros mentores do 25 de Abril de 1974, que fizeram a revolução, porque em Portugal não havia liberdade e se preocupavam com a guerra colonial. Deverão verificar que, volvidos todos estes anos, os portugueses continuam a não ter liberdade e passaram de colonizadores a colonizados, uma vez que Portugal deixou as suas colónias em África e irá passar a ser colonizado pelo FMI. A responsabilidade pertence a esses mesmos críticos. Disse ao Presidente da Assembleia Municipal que aprovava a sua decisão, dando um exemplo de poupança, em não se realizar, este ano, a Comemoração do 25 de Abril. O Município da Maia deve ser um exemplo de contenção de gastos. Aqueles que desbarataram o erário público criticavam a sua decisão. Louvou a decisão de não gastar dinheiro em comemorações, num momento em que se pede poupança aos portugueses, que já vivem com grande sacrifício. Esta atitude deveria ser um

exemplo para os críticos, pois a liberdade é ter a faculdade de decidir bem e da melhor forma em cada momento. Este é o momento de contenção de gastos. Que o Governo de Portugal saiba copiar o exemplo do município da Maia. -----

ALBINO BRAGA DA COSTA MAIA disse que tencionava falar sobre a situação dos moradores da Rua 4, em Moreira, e sobre as SCUTS. Sobre este assunto não falaria, pois iria repetir o que já havia sido referido pelo Senhor Deputado António Fernando Gomes de Oliveira e Silva. Sobre os moradores da Rua 4, um acampamento de cidadãos de etnia cigana, disse que era um assunto que, como Autarca, acompanhava desde 1997, em colaboração com a Câmara Municipal, para ser encontrada uma solução digna para todas as partes, o que sempre lhe pareceu muito difícil para conciliar todos os interesses e todas as partes. Perguntou aos críticos se tinham uma solução que pudesse satisfazer a todos. Era fácil criticar, mas difícil era encontrar soluções. Elogiou a acção, a postura e o empenhamento do Senhor Presidente da Câmara em todo o processo, antes e depois do despejo que o Tribunal da Maia ordenou. Disse que se sentia perplexo pelo facto de haver pessoas que colocavam num prato da balança pessoas e no outro dinheiro. Ou aqueles que num prato colocavam cidadãos brancos e no outro cidadãos de tez mais escura. Falar-se de igualdade de oportunidades para todos deve merecer, não a preocupação de um certo momento, mas sim a preocupação constante de todos, mas acima de tudo daqueles que têm o poder e através dele, o dever de implementar políticas que dêem a importância para que todos possam ter igualdade de oportunidades. Todos somos iguais ao nascer e ao morrer. Por esta razão, era dever de todos fazer e tratar da mesma maneira todos os cidadãos. Lamentou aqueles que não aceitavam este direito de cidadania e as inverdades que foram publicadas nalguns jornais. Louvou o empenho da Câmara, sobretudo o seu Presidente e Vice-Presidente, em todo este processo. A finalizar,

reiterou o dever de todos os cidadãos em respeitar e tratar com equidade todas as pessoas, independentemente da cor da sua pele. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA em resposta às críticas que lhe foram dirigidas pelo facto de, este ano, não se realizarem as comemorações do 25 de Abril, disse que não aceitava que fosse colocada em causa o seu respeito pela Democracia e pelo 25 de Abril, uma vez que durante muitos anos, nunca no Município da Maia se realizaram qualquer tipo de comemoração do 25 de Abril de 1974. Na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal, tinha sido ele o primeiro a tomar a iniciativa de comemorar esta data. Na reunião do Grupo de Trabalhos das Actividades da Assembleia Municipal tinha explicado, de forma clara, a todos os Líderes Parlamentares qual a razão porque, este ano, não se realizavam as cerimónias comemorativas. Não era possível comemorar a data, com a dignidade que merecia, sem gastos. A Assembleia Municipal deveria ser um exemplo de contenção nas despesas. Havia outras formas de comemorar Abril. O 25 de Abril não era de alguns, mas de todos. No futuro, se a situação económica melhorasse, seria possível reactivar as comemorações. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, Eng.^o António Gonçalves Bragança Fernandes, em resposta às intervenções proferidas, deu os parabéns às Senhoras Deputadas Municipais que integram a Comissão Alargada de Protecção de Crianças e Jovens da Maia. Esta Comissão tem feito um trabalho notável na defesa dos mais desfavorecidos que merece ser louvado e reconhecido. À Senhora Deputada Alcinda Márcia Oliveira Guedes da Silva disse que estava de acordo com a preocupação da CDU, em relação à situação do Metro do Porto, no que dizia respeito ao incumprimento da construção da linha do Metro do ISMAI até à Trofa. Eram nove quilómetros que faltavam para concluir a linha, um quilómetro no município da Maia e oito no da Trofa. Num local onde circulavam comboios que serviam as populações, a Metro desactivou a linha que hoje era um canal abandonado e de aspecto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

vergonhoso. O transporte alternativo era igualmente uma vergonha, as pessoas circulavam em péssimas condições. A Senhora Presidente da Câmara Municipal da Trofa também tem feito muito para que a conclusão da linha seja uma realidade a curto prazo. Lamentou que o Governo esbanje dinheiro em obras desnecessárias, como a duplicação das faixas de rodagem da A41, e não tenha dinheiro para concluir nove quilómetros de uma linha do Metro, de grande interesse e utilidade para as pessoas e para a região. Agradeceu as palavras da representante da CDU, a quem pediu para que, na Assembleia da República, os seus Deputados exerçam pressão e influência para a conclusão da obra. Ao Senhor Deputado António Fernando Gomes de Oliveira e Silva disse que tinha sido dos que mais tinha lutado na continuação das SCUTS. O Governo tinha mandado colocar pórticos de cobrança em Municípios que não lhe fossem afectos, como Matosinhos, Vila do Conde e Viana do Castelo. A cor política ditou a colocação de pórticos. Ao Senhor Deputado Floriano de Pinho Gonçalves, disse que já lhe havia prometido que iria resolver o problema da Rua da Fábrica. Ao Senhor Deputado Albino Braga da Costa Maia disse que a questão do despejo da comunidade cigana, acampada num terreno particular, tinha sido mal feita. O Tribunal da Maia deveria, previamente, ter feito a coordenação com a Câmara Municipal, o Governo Civil do Porto e a Segurança Social para que não se verificassem situações desagradáveis. Era o Presidente da Câmara dos Maiatos e, por isso, o Presidente de todos os ciganos residentes na Maia. Já tinha desenvolvido reuniões com os moradores da Rua 4 e com os responsáveis da comunidade cigana. A Câmara Municipal estava a estudar um local alternativo para os realojar. Esperava conseguir, pois aos cidadãos da Maia, a Câmara dá um tratamento de equidade.

2. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO, DE ACORDO COM O ESTIPULADO PELO ART.º 40.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-

----- Inscreveram-se e usaram da palavra os Municípios: -----

JOÃO COUTO LOPES, residente na Rua A, n.º 33, freguesia de Vila Nova da Telha, falou sobre transportes públicos e barreiras arquitectónicas para cidadãos portadores de deficiência, através da leitura do texto que se anexa e ainda as fotografias que entregou à Mesa, que juntamente com a ficha de inscrição fazem parte integrante da acta como **documento 12**. -----

MARIA OLINDA FERNANDES REIS LOPES GONÇALVES, residente na Rua 4, n.º 259, freguesia de Vila Nova da Telha, falou sobre as condições de salubridade, saúde, higiene e segurança da comunidade cigana, acampada num terreno localizado na sua rua, através da leitura do texto que se anexa e ainda as fotografias que entregou à Mesa, que juntamente com a ficha de inscrição fazem parte integrante da acta como **documento 13**. -----

MÁRIO ALEXANDRE MARTINS VILAÇA FERREIRA, residente na Rua 5, n.º 233, freguesia de Moreira. Falou sobre o mesmo assunto da cidadã Maria Olinda Fernandes Reis Lopes Gonçalves. -----

JOSÉ LUÍS COSTA FERREIRA MORGADO, residente na Rua 5, n.º 239, freguesia de Moreira. -----

Falou igualmente sobre o mesmo assunto da cidadã Maria Olinda Fernandes Reis Lopes Gonçalves. -----

NUNO MONTEIRO ROSSIO, residente na Rua 4, freguesia de Moreira. Identificou-se como representante da comunidade cigana da zona Norte e Centro do País e, nessa qualidade, disse que iria falar da sua comunidade alojada na Rua 4, na freguesia de Moreira. Enalteceu a nobreza de carácter dos Senhores Presidente da Câmara, Eng.º António Gonçalves Bragança Fernandes, do Presidente da Junta de Freguesia de Moreira, Albino Braga da Costa Maia e do Presidente da Junta de Vila Nova da Telha, Floriano de Pinho Gonçalves, pela forma como os trataram, de nunca os terem abandonado, sobretudo depois do dia 12 de Abril, data em que

foram desalojados de um espaço, que ocupavam há cerca de 40 anos, localizado na mesma rua. As condições em que estavam, presentemente, alojados eram boas. Lamentou o ostracismo de alguns cidadãos em relação a eles. Agradeceu aos que permitiram melhorar as condições de habitabilidade dos seus concidadãos e manifestou a sua confiança aos que estavam a tratar da resolução definitiva do alojamento. Em nome da comunidade cigana da Rua 4, reiterou o seu agradecimento por tudo o que tinham feito por ela, tendo manifestado a vontade de todos os residentes continuarem a ser cidadãos maiatos.

----- As fichas de inscrição destes três últimos senhores munícipes fazem parte integrante da acta como **documentos 14, 15 e 16**, respectivamente.

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

3. 1. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ACTA N.º 1/2011.

----- Nenhum Senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra.

----- Posta à votação a acta número 1/2011, **foi aprovada por maioria**, com duas abstenções, motivadas por ausência à respectiva Sessão.

3. 2. INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL. {ALÍNEA E) DO N.º 1 DO ART. 5.º DO REGIMENTO}.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA informou que tinha sido enviada a todos os Senhores Deputados a “Informação do Presidente da Câmara acerca da Actividade Municipal”, que faz parte integrante da acta como **documento 17**.

----- Inscreveu-se e usou da palavra o Senhor Deputado:

ALBINO BRAGA DA COSTA MAIA enalteceu o trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal na renovação do parque escolar. Considerou que a Autarquia tinha desenvolvido um grande esforço, que iria dar bons frutos e que as gerações futuras iriam por bem beneficiar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

✓

AF
OK

Na Vila de Moreira tinha sido realizado um investimento em três unidades escolares, numa das quais, o Centro Escolar da Guarda e porque as obras ainda não estavam concluídas, pediu à Câmara Municipal que a sua conclusão ficasse pronta antes de 5 de Junho próximo, uma vez que neste local funcionavam assembleias de voto e as salas tornar-se-iam necessárias para o efeito. -----

3.3. PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2010 DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA;

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA pediu para usar da palavra antes das intervenções dos Senhores Deputados a fim dar uma informação, o que lhe foi concedido, tendo lido o texto que faz parte integrante da acta como **documento 18**. -----

----- Inscreveram-se e usaram da palavra os senhores Deputados: -----

SILVESTRE SANTOS GOMES PEREIRA leu o texto que faz parte integrante da acta como **documento 19**. -----

ALCINDA MÁRCIA OLIVEIRA GUEDES DA SILVA leu o texto que faz parte integrante da acta como **documento 20**. -----

CÂNDIDO JOAQUIM LIMA DA SILVA GRAÇA leu o texto que faz parte integrante da acta como **documento 21**. -----

LUÍS MARIA FERNANDES AREAL ROTHES disse que iria fazer uma apreciação séria do ponto em análise e não aproveitar para fazer campanha eleitoral. Os argumentos apresentados pelo PSD seriam facilmente rebatíveis, mas não queria fazer da tribuna da Assembleia Municipal um palco eleitoral, pois o que se estava a analisar era a Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2010 da Câmara Municipal da Maia. De seguida, leu o texto que faz parte integrante da acta como **documento 22**. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA disse que não tinha ouvido nada de novo da Oposição sobre a Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2010 da Câmara Municipal da Maia, pois com sol ou com chuva nunca sabiam qual era a colheita. Tinha ficado contente por ter ouvido, no início da intervenção do Líder da Bancada do PS, que não iria fazer da tribuna da Assembleia Municipal um palco eleitoral, pois o PS estava a analisar apenas a Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2010 da Câmara Municipal da Maia e não se iria aproveitar para, deste facto, fazer campanha eleitoral. Afinal, o Senhor Deputado Luís Maria Fernandes Areal Rothes, Líder da Bancada do PS, tinha aproveitado a sua intervenção para elogiar o Governo Socialista por ser o responsável de tudo o que de bom tinha acontecido no concelho da Maia e, em contrapartida, ter criticado a Câmara Municipal e o seu Presidente de ser o responsável de tudo o que de mau tinha acontecido no concelho da Maia. Perguntou se o que havia proferido o Senhor Deputado do PS não era afinal campanha eleitoral. Louvou a Câmara Municipal pelo resultado apresentado na Prestação de Contas e o Relatório de Gestão de 2010, um documento que considerou de robusto. Lamentou que a Oposição apenas tivesse falado da dívida, esquecendo que a Câmara tinha conseguido reduzir significativamente o valor da dívida. Lembrou que se vivia mal no país e que a Maia era uma parte desse país. Para o PS, a solução passaria por congelar a democracia, pois para eles numa Câmara Municipal não deveriam haver Vereadores, o Presidente era o suficiente. A Maia tinha crescido e, desse crescimento, resultara o aumento do número de Vereadores e, como tal, quem tivesse o poder deveria exercê-lo. Tal como ele próprio, cada qual deveria saber assumir as suas responsabilidades. Os Deputados Municipais analisaram a Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2010 da Câmara Municipal da Maia, um documento puramente técnico que não tinha “uma vírgula de carácter político”. A prova do que afirmava, estava na referência aos Adjuntos dos Vereadores, referência sobre a qual discordava, pois pouco



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

✓

AP

sabiam quem eram esses colaboradores. A Oposição apenas se manifestara preocupada com o número de adjuntos. Acrescentou que quem estava nessas funções, tinha sido chamado pelo seu saber, capacidade e competência. A Oposição deveria saber falar verdade sem demagogia. Concordou com o Primeiro-Ministro que tinha afirmado, e bem, que todos deveriam fazer um discurso a pensar no futuro. A actualidade económica do nosso país era catastrófica, mas na Maia, não existia esse clima de catástrofe económica, a Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2010 da Câmara Municipal provava que a Maia estava a “milhas do cataclismo nacional”. Perguntou qual tinha sido o capital de esperança que o PS tinha transmitido aos Maiatos. A resposta era “nada”. Ainda não tinha sido possível que fosse feita a consolidação das contas. Apesar do PS não estar preocupado com isso, o PSD estava. A Câmara da Maia, no presente mandato, iria ser um capital de esperança da actividade económica. A Maia deveria ser uma nação dentro da nação. Na Maia, as pessoas iriam sofrer menos que as de outros concelhos, porque devido à qualidade de vida que a Câmara proporcionava, o seu sofrimento era atenuado em relação ao resto do país. Todos os Autarcas tinham a obrigação de se empenhar. Sofrer menos com a crise era o desafio e o dever que cabia a cada um dos Autarcas que tinham sido eleitos na Maia. Todos eles tinham, por obrigação da sua função, de conseguir minorar o sofrimento de quem os tinha eleito, desde o Presidente da Câmara, passando pelos Vereadores, pelos Deputados Municipais, Presidentes das Junta de Freguesia, Executivos das Juntas e Membros das Assembleia de Freguesia. Se todos os Autarcas do nosso concelho não tivessem capacidade de ser um capital de esperança para os seus e para o país, Portugal, nem daqui a quinze anos teria capacidade de sair da crise que presentemente vivia. Na Maia, todos deverão trabalhar para fazer desta terra uma terra de oportunidade. Todos deveriam estar motivados para conseguir atrair para o nosso Concelho o investimento estrangeiro. O progresso só se consegue com investidores e, na Maia eles têm boas condições

para se instalarem. O actual momento era o momento de oportunidade para o investidor, mas para o tornar mais atractivo era necessário reduzir os custos de investimento e flexibilizar a lei laboral, entre outros. A Maia tinha de se assumir no contexto Metropolitano, a Maia tinha de continuar a crescer. A receita para a saúde financeira do Município era idêntica à do país. No país era a de crescer. Na Maia era de saber continuar a crescer. Este crescimento deve-se exclusivamente ao PSD e aos seus Autarcas. -----

JOAQUIM MANUEL MARQUES GONÇALVES prescindiu do uso da palavra. -----

ARÍDIO DOS ANJOS TEIXEIRA pediu a palavra para apresentar um protesto. Acusou o Senhor Deputado de ter o costume de englobar toda a gente no mesmo saco. Acrescentou que não conhecia nenhum demagogo maior do que ele e que, por esta razão, era o maior demagogo presente na Assembleia Municipal. Disse que os medíocres normalmente atacavam os que consideravam mais fracos, com o objectivo de os humilhar. Mas nunca deixavam de ser medíocres. Pediu ao Senhor Deputado para ser mais cuidadoso nas palavras que proferia, pois: “com certeza, ferindo-me eu também o firo a si. Só se não puder”. -----

ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA pediu a palavra para defesa da honra. Disse que não iria responder à intervenção do Senhor Deputado Arídio dos Anjos Teixeira, que era uma pessoa que conhecia e respeitava há muitos anos e disse que se escusava a responder. Disse que apenas iria fazer uma reflexão com o Senhor Presidente da Assembleia. No início da sessão, no Período de Antes da Ordem do Dia, tinha-se inscrito para usar da palavra e o Senhor Deputado tinha questionado a Assembleia se entendia que o Deputado e Líder do Grupo Parlamentar do PSD, António Fernando Gomes de Oliveira e Silva, deveria usar da palavra no Período de Antes da Ordem do Dia. Um Senhor Deputado disse que queria fazer um protesto, que ninguém tinha percebido qual a razão, talvez só o próprio, e o Senhor Presidente da Assembleia concedeu-lhe a palavra. Isto não lhe parecia



correcto. O facto do Senhor Presidente da Assembleia ser do mesmo partido do Líder da Bancada do PSD, não era motivo para que fosse preterido no tratamento. A Assembleia Municipal também existia para perguntar se havia, ou não, motivo para apresentar um protesto. Obviamente que não havia e muito menos para merecer uma resposta sua. -----

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA em resposta às intervenções proferidas, esclareceu o Senhor Deputado Luís Maria Fernandes Areal Rothes que, de facto, era verdade a sua afirmação que o Governo tinha dado a todas as Autarquias do país uma igualdade de oportunidade de participação a projectos de candidatura ao QREN associados à requalificação do parque escolar. O Município da Maia tinha aproveitado a oportunidade concedida, apresentando bons projectos de candidatura e, por esta razão, a nossa Autarquia tinha sido aquela que tinha conseguido o maior número de candidaturas aprovadas em toda a Área Metropolitana. Mas este êxito não era obra do acaso. Deveu-se ao facto da Câmara da Maia dispor de Técnicos, Assessores e Vereadores de elevado saber, capacidade e competência, que trabalharam muito para que o objectivo fosse atingido. O facto da Câmara Municipal ter capacidade financeira para suportar a percentagem não financiada pelo QREN dos investimentos, ter pessoal qualificado e ter trabalhado, e muito, tinham sido as razões principais do resultado conseguido. Os objectivos só se conseguiam com trabalho. Esta era a postura que a Câmara Municipal e os seus colaboradores permanentemente tinham. Trabalho e dedicação. -----

----- O Senhor Deputado Fernando Augusto Machado Ferreira ausentou-se da sala. -----

----- Posta à votação a Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2010 da Câmara Municipal da Maia **foi aprovada por maioria** com três votos contra do BE e da CDU, e 12 abstenções do PS. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

3. 4. INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPECTIVA AVALIAÇÃO; -----

----- O Senhor Deputado Fernando Augusto Machado Ferreira retomou o seu lugar na Bancada. -----

----- Nenhum Senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra. -----

----- Posto à votação Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação, **foi aprovado por unanimidade.** -----

3. 5. DOCUMENTOS FINAIS OBRIGATÓRIOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E SANEAMENTO DA MAIA, RELATIVOS AO ANO DE 2010; -----

----- Nenhum Senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra. -----

----- Posto à votação os Documentos Finais Obrigatórios de Prestação de Contas, dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento da Maia, relativos ao ano de 2010, **foram aprovados por unanimidade.** -----

3. 6. POSTO DA GNR NO CASTELO DA MAIA, NA FREGUESIA DE S. PEDRO DE AVIOSO – AQUISIÇÃO DE UM PRÉDIO COM VISTA À INSTALAÇÃO DO POSTO DA GNR DA MAIA E DE UMA SEÇÃO AVANÇADA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE MOREIRA-MAIA – REAVALIAÇÃO E ACERTO FINAL DE CUSTO; -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal, Luciano da Silva Gomes, ausentou-se da sala. --

----- Nenhum Senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra. -----

----- Posto à votação o ponto “Posto da GNR no Castelo da Maia, na freguesia de S. Pedro de Avioso – Aquisição de um Prédio com vista à instalação do Posto da GNR da Maia e de uma Secção Avançada dos Bombeiros Voluntários de Moreira-Maia – reavaliação e acerto final de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

[Handwritten signatures]

custo”, foi aprovado por unanimidade.

----- O Presidente da Assembleia Municipal, Luciano da Silva Gomes, retomou o seu lugar. --

3. 7. RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO 2010;

----- Nenhum Senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra.

----- Posto à votação o ponto “Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território 2010”,
foi aprovado por unanimidade.

3. 8. ESPAÇO MUNICIPAL – RENOVAÇÃO URBANA E GESTÃO DE PATRIMÓNIO, E.E.M. – ALTERAÇÃO DE ESTATUTOS;

----- Inscreveu-se e usou da palavra o Senhor Deputado:

LUÍS MARIA FERNANDES AREAL ROTHES disse que tinha pedido para intervir neste ponto, apenas para chamar à atenção de um aspecto, que considerou de sobre importância, que deveria ser tomado em consideração. Chegado a este ponto deveria ser considerada a agenda que era proposta para a presente sessão. Havia uns pontos obrigatórios a que se seguiam outros de aprovação obrigatória, mas sem qualquer significado político. Pediu que as suas palavras fossem consideradas sinceras e verdadeiras, não demagógicas e sem ter qualquer outro significado, mas apenas os dados inquestionáveis, que tinha apresentado na presente sessão, e que, felizmente, ninguém os tinha colocado em causa. Sobre o que estava a acontecer, pediu a todos para fazer um exercício de memória, pelo menos desde o início do presente mandato, estava a acontecer, sistematicamente, nas sessões da Assembleia Municipal. Disse que aqui residia a questão política essencial e que se devia ao facto de sistematicamente se verificar com os Senhores Vereadores, seus adjuntos e “com esta gente toda”, à Assembleia Municipal eram enviados documentos obrigatórios, mas nenhuma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

iniciativa política de relevo. Considerou que deveria intervir, neste ponto da ordem de trabalhos, para chamar à atenção desta realidade e um motivo da preocupação de todos. -----

----- Posto à votação o ponto “Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão de Património, E.E.M. – Alteração de Estatutos”, **foi aprovado por unanimidade.** -----

3. 9. ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA E SEU SUBSTITUTO, QUE REPRESENTARÁ AS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO DA MAIA, NO XIX CONGRESSO NACIONAL DE MUNICÍPIOS; -----

----- Foi apresentada uma lista concorrente. -----

----- **Lista A** – do PPD/PSD, com o nome do Senhor Ilídio da Silva Carneiro, Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira, como efectivo e o Senhor Joaquim Manuel Marques Gonçalves, como suplente; conforme Proposta, apresentada pelo respectivo Grupo Parlamentar, que faz parte integrante da acta como **documento 23.** -----

----- Os 49 Deputados presentes foram chamados a proceder à votação por escrutínio secreto.

----- A Lista A teve os seguintes resultados: A favor – 32 votos; Votos Brancos – 16 e Votos Nulos – 1 voto. -----

----- Face a estes resultados, o Senhor Ilídio da Silva Carneiro, Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira, como efectivo e o Senhor Joaquim Manuel Marques Gonçalves, como suplente, foram eleitos para representar as Juntas de Freguesia do concelho da Maia, no XIX Congresso Nacional de Municípios. -----

3. 10. RELATÓRIO DE GESTÃO DAS EMPRESAS MUNICIPAIS: “MAIAMBIENTE – EMPRESA MUNICIPAL DO AMBIENTE, E.E.M.”, DA “EMPRESA METROPOLITANA DE ESTACIONAMENTO DA MAIA, E.E.M.”, DA “ACADEMIA DAS ARTES DA MAIA, PRODUÇÕES CULTURAIS, E.E.M.”; DA “ESPAÇO MUNICIPAL – RENOVAÇÃO URBANA E GESTÃO DO PATRIMÓNIO, E.E.M.” E



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

DA “TECMAIA – PARQUE DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA MAIA” – (PARA CONHECIMENTO).

----- Nenhum Senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento do **Relatório de Gestão das Empresas Municipais: “Maiambiente – Empresa Municipal do Ambiente, E.E.M.”, da “Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.E.M.”, da “Academia das Artes da Maia, Produções Culturais, E.E.M.”; da “Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património, E.E.M.” e da “Tecmaia – Parque da Ciência e Tecnologia da Maia”.** -----

----- Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida e aprovada, por unanimidade, a acta em minuta, para efeitos imediatos das deliberações tomadas, tendo sido dado à Mesa o inerente voto para a sua elaboração definitiva. -----

----- E sendo zero horas e vinte e um minutos do dia vinte e oito de Abril do ano em curso, foi dada por encerrada a reunião, de que, para constar, se lavrou a presente que vai ser assinada pelos Membros da Mesa: Presidente da Assembleia Municipal, Luciano da Silva Gomes, pela 1.^a Secretária, Maria de Lurdes da Costa Almeida Rebelo Maia e pela 2.^a Secretária Márcia Isabel Duarte Passos Resende. -----

O Presidente:

A 1.^a Secretária:

A 2.^a Secretária:

Assembleia Municipal da Maia

De: Lídia Branco [lidiapbranco@gmail.com]
Enviado: segunda-feira, 11 de Abril de 2011 18:58
Para: assembleia@cm-maia.pt
Assunto: 2ª Sessão Ordinária - 27/04/2011

✓
DOC.1 ✓
Certo que é
o referente
13/4/11

Exmos. Senhores,

Antecipo melhores cumprimentos.

Venho pelo presente informar que, por razões de ordem profissional, não me vai ser possível estar presente na 2ª Sessão Ordinária agendada para o dia 27/04/2011, pelas 21H30M.

Grata pela atenção.

Reitero melhores cumprimentos.

Atentamente,

Lídia Branco

Assembleia Municipal da
Maia
Entrada nº 32
Em 13/04/2011

DUC . 2

Assembleia Municipal da Maia

De: Tiago Nuno Pires Carvalho Oliveira Silva [tsilva@docentes.ismai.pt]
Enviado: terça-feira, 19 de Abril de 2011 11:48
Para: assembleia@cm-maia.pt
Assunto: pedido de substituição
Importância: Alta
Confidencialidade: Confidencial

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal da MAIA,

Sr. Luciano Gomes,

Prezado amigo,

*Convocação de
reunião no díte
ofício e eleitoral.
19/4/11*

Uma vez que no próximo dia 27 de Maio estarei no estrangeiro a participar num congresso académico não poderei comparecer à Assembleia Municipal para a qual fui convocado.

Assim, venho requerer a V. Ex. se digne, nos termos regulamentares, ordenar a minha substituição.

Com os melhores cumprimentos e elevada consideração,

Tiago Oliveira Silva
(Vogal da Assembleia Municipal da Maia)

Assembleia Municipal da
Maia
Entrada nº 41
Em 19/04/2011

Doc. 3

Assembleia Municipal da Maia

De: fernanda machado [fernandaconceicaomachado@gmail.com]
Enviado: terça-feira, 19 de Abril de 2011 18:20
Para: assembleia@cm-maia.pt
Assunto: pedido de substituição

F/F

Exmo. Presidente da Assembleia Municipal,Sr. Luciano Gomes

Uma vez que fui convocada para estar presente na assembleia do próximo dia 27, venho por este meio pedir a minha substituição, pelo facto de não me encontrar na Maia nesse dia.

Com os melhores cumprimentos

Fernanda Pinheiro

Assembleia Municipal da
Maia
Entrada nº 42
Em 19/04/2011

Convocação
O v. presidente:
20/4/2011

Doc .4



Freguesia da Maia
Município da Maia

✓
7

Ex.mo Senhor
Luciano da Silva Gomes
M.I. Presidente da Assembleia Municipal da Maia
Praça Dr. José Vieira de Carvalho
4470-220 MAIA

✓

Sua referência

Sua comunicação de

Nossa referência

Data

2011/1589

27/04/2011

Assunto: 2ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal
Substituição

Ex.mo Senhor Presidente

Sirvo-me do presente ofício para comunicar a V. Exa. que, por motivo de doença, não poderei participar na 2ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, que se realiza hoje, 27 de Abril de 2011.

Por este motivo faço representar-me pelo meu Substituto Legal, Mário Augusto Costa Ramos.

Sem outro assunto, subscrevo-me com os meus melhores cumprimentos.

O Presidente da Junta,

(Carlos Santos Teixeira)

Os Ideais de Abril, a Crise Actual e os Governos Socialistas de José Sócrates

O 25 de Abril é muito mais do que uma data histórica. É o grito de um Povo inteiro que continua hoje e, continuará sempre, a ecoar na consciência moral de todos aqueles que não se conformam com as escandalosas desigualdades sociais e querem verdadeiramente um Portugal mais justo e solidário.

Quase quatro décadas após a Revolução dos cravos, e apesar de termos de reconhecer que a Democracia portuguesa está politicamente consolidada, é necessário hoje, mais do que nunca na história do Portugal democrático, estar atento e não ceder aos interesses do capitalismo selvagem, para quem o mercado - que deixou há muito de ser determinado pela lei da oferta e da procura e passou a ser imposto pelo casino da Bolsa, onde se jogam minuto a minuto não apenas o destino dos investimentos financeiros mas a falência das empresas e, consequentemente, o processo do emprego/desemprego e a vida das próprias pessoas – **o mercado, dizia eu, é o Deus de uma economia cujo único fim é o aumento do lucro**, mesmo que para se atingir tal objectivo seja necessário condenar à miséria milhões de trabalhadores e, no limite, fazer a Guerra pondo em causa o direito absoluto, o Direito à Vida.

A defesa dos Ideais de Abril: Liberdade, Justiça Social, Solidariedade, só pode conseguir-se através da protecção do emprego, a qual, por sua vez só se faz eficazmente através da qualificação profissional e da atracção de mais e melhor investimento, pois só assim é possível aumentar a produtividade e criar riqueza, sem a qual a Liberdade e a Justiça social são apenas abstracções.

Esta verdade de La Palisse é mais fácil de formular do que de concretizar.

A flexibilização das leis laborais é uma condição necessária mas não suficiente para atrair investimento e criar emprego, pois, paralelamente, é preciso reconhecer e proteger os legítimos interesses e direitos dos trabalhadores, designadamente, o direito ao trabalho, que enquanto direito económico é o alicerce de todos os direitos sociais.

A Constituição Portuguesa protege o direito ao trabalho como contrapartida do dever de trabalhar, reconhecendo um conjunto de direitos aos trabalhadores como garantias do direito ao trabalho. A bondade do legislador é evidente, mas é necessário adaptar a Constituição à realidade do País e da Europa no contexto da Globalização. Esta tarefa deve ser sempre orientada pelos ideais de Liberdade e Justiça social que Abril nos legou, sob pena de traímos o objectivo fundamental da Revolução e pormos em causa os princípios do Estado Democrático.

Os Governos do partido socialista, liderados por José Sócrates, fizeram o jogo do capital financeiro, procurando convencer os portugueses que o caminho para a recuperação económica teria de seguir entre outros, os seguintes trilhos:

- w A J
- 1) Apoiar um banco falido, e simultaneamente dificultar o acesso ao crédito por parte das pequenas e médias empresas.
 - 2) Reduzir salários e pensões de reforma, já de si miseráveis, e extinguir o crédito jovem à habitação.
 - 3) Controlar encapotadamente a comunicação social mais ousada e independente,
 - 4) Manter os privilégios de gestores públicos incompetentes, cujas escandalosas remunerações de milhões de euros, ao contrário do que vigora no sector privado, não dependem de qualquer índice de produtividade,
 - 5) Perseguir os funcionários públicos, criando sobre eles uma suspeita generalizada de incompetência e de ociosidade, e
 - 6) Manter numa situação de subsidiodependência insustentável, centenas de milhares de trabalhadores.

Basta, basta de tanta contradição e incoerência.

José Sócrates é o exemplo acabado, de que o facto de o Primeiro-Ministro pertencer a um partido que se autoproclama de esquerda e reformista, não se traduz em qualquer garantia de defesa dos direitos do Povo, em nome dos quais os capitães de Abril fizeram a Revolução. Do povo que trabalha e que cria a riqueza do país, mas que só poderá fazê-lo se o Governo legitimado pelo seu voto desenvolver políticas incentivadoras do investimento.

A melhor forma de defender os legítimos direitos do Povo é criar condições que promovam o investimento. A forma mais eficaz de proteger o Trabalho é atrair o Capital. Mas, para isso, é preciso saber conciliar os legítimos interesses de quem investe com os legítimos direitos de quem trabalha. Esta difícil tarefa só pode ser realizada por um governo que não tenha preconceitos nem de esquerda nem de direita, que seja capaz de estabelecer plataformas de entendimento e de realizar os consensos necessários entre o Capital e o Trabalho, enfim, que tenha uma visão contratualista das relações laborais sem privilegiar nenhuma das partes.

O problema político mais sério com que hoje nos confrontamos não é o desemprego, é o direito ao trabalho, ou melhor, o direito a um trabalho com direitos, que nada mais é do que o direito a ter uma vida digna, a ter um projecto de vida, o direito a sonhar com um futuro melhor. É o direito a sonhar com um futuro melhor que os Portugueses hoje não têm. Este direito é um direito mínimo que tem de ser devolvido aos Portugueses, a todos os portugueses sem exceção.

A melhor homenagem que podemos fazer ao 25 de Abril é ultrapassar os dualismos, as barreiras ideológicas e os interesses partidários, tão perniciosos ao país, e colocar o indivíduo, o trabalhador, o jovem à procura do primeiro emprego, o pequeno e médio empresário, o profissional liberal no centro das preocupações sociais e políticas. O indivíduo não pode ser reduzido a um simples número ou peça da máquina produtiva, mas tem de ser configurado como uma Pessoa com a dignidade humana que a caracteriza.

Como se vê, nos tempos difíceis em que vivemos, o 25 de Abril não exige apenas reformas legislativas constitucionais ou ordinárias, reformas estruturais na administração pública, no sistema fiscal ou no sistema político, mas também e sobretudo reformas de mentalidades, desde logo ao nível de quem tem responsabilidades políticas, assim como no domínio do poder económico e da filosofia e gestão empresariais, onde a responsabilidade social das empresas se deve afirmar cada vez mais, não só como um activo de acreditamento preferencial no mercado, mas como requisito de distinção e de apoio privilegiado por parte dos poderes públicos.

A crise que hoje vivemos não é apenas resultado das contradições internas do capitalismo como sistema económico hegemónico a nível planetário, é também consequência da Corrupção do poder político que alguns actores políticos corporizaram e corporizam. É óbvio que é sempre difícil provar judicialmente a corrupção do Poder e de quem o exerce, mas a crença e a convicção populares não precisam de provas plenas, apenas de alguns sinais, e estes não faltam!...

A Ética é anterior, menos exigente, pressuposto do próprio Direito, mas é sobretudo a essência da nobreza da acção política.

O velho ditado “À mulher de César não basta sê-lo é preciso parecê-lo” aplica-se como uma luva ao exercício de qualquer cargo político. Assim sendo, cabe-nos também a nós dar o exemplo à sociedade de que os políticos não são todos corruptos. Para o efeito, não podemos, no exercício de qualquer cargo político, deixar transparecer que podemos tirar qualquer proveito ou vantagem pessoal da função que exercemos.

Os escândalos que nesta matéria ocorreram durante os governos de José Sócrates, quase banalizaram a crítica à imoralidade na política, tal foi o descaramento de um líder político que não só não cumpriu com as promessas que fez ao Povo, como não defendeu e, muito menos honrou, os Ideais de Abril.

A melhor forma de comemorar e homenagear o 25 de Abril é mantermos viva a memória dos tempos recentes, em que os direitos fundamentais, constitucionalmente consagrados e protegidos, foram arbitrariamente violados e suspensos pelo governo socialista, designadamente o direito ao trabalho, no qual se inclui o direito à remuneração do trabalho, como aconteceu na função pública com a redução imposta e decidida unilateralmente pelo Governo.

Esta prepotente arbitrariedade foi justificada em nome de uma crise que os trabalhadores não provocaram, mas que acabaram por ser as suas principais vítimas, ao mesmo tempo que assistiram ao desvio dos impostos que pagam com o suor do seu rosto, para os cofres do BPN cujos apoios públicos privilegiados nunca foram esclarecidos pelo Governo socialista.

O governo socialista de José Sócrates não precisou de fazer qualquer reforma constitucional, para cortar salários na função pública ou para aumentar a idade da aposentação. Limitou-se a ignorar a Constituição. De facto para quê fazer uma revisão

✓ AF

constitucional para modificar ou extinguir direitos fundamentais? É muito mais fácil fazer como fez o governo socialista. Em nome da crise **ignora-se a Constituição, para reduzir salários**, e apenas se invoca o texto fundamental, sempre que é conveniente, como aconteceu recentemente com a suspensão do sistema de avaliação dos professores. A Constituição deixa assim de ser um instrumento legal de garantia dos princípios do regime democrático, dos direitos dos cidadãos e dos trabalhadores, para passar a ser a arma de defesa de um governo prepotente, incompetente e sem qualquer autoridade moral.

O que pensam os Portugueses de um Governo que não respeitou a Constituição?

Só podem concluir que foi um governo que não respeitou os seus legítimos direitos, justamente, os direitos em nome dos quais o Movimento da Forças Armadas fez o 25 de Abril e que por isso mesmo teve o apoio incondicional do Povo Português.

O que pensam os Investidores e os Credores de um governo que não respeita a Constituição do seu país?

Só podem pensar que muito mais facilmente, seria um governo que não respeitaria os contratos que com eles viesse a celebrar.

Está explicado porque é que pagamos juros tão elevados e porque é que a desconfiança dos mercados se acentua dia após dia.

Enquanto José Sócrates for o Primeiro-Ministro de Portugal, **a confiança dos mercados continuará a dormir um sono letárgico nas catacumbas do sistema financeiro**.

Os investidores acreditam na capacidade de trabalho e de sacrifício dos portugueses. Mas é claro que **não acreditam, nem podem confiar num governo que não respeitou a Constituição do seu país**.

Um Governo que governou em Democracia como um déspota governa numa Autocracia. Numa palavra, um governo que não assumiu os deveres a que se vinculou no momento de celebração do contrato social, quando os seus ministros no acto de posse juraram cumprir com lealdade as funções que lhe foram confiadas. Ora, como é óbvio tal juramento, tem como limite mínimo de cumprimento o respeito pela Constituição Portuguesa.

Há mais ou menos dois anos, eu dizia que **José Sócrates, ao criar uma suspeita generalizada sobre os quadros superiores: magistrados, professores, médicos, profissionais liberais, ainda havia de tornar-se o maior suspeito dos portugueses**. Hoje ninguém tem dúvidas de que o meu vaticínio está mais que confirmado.

Aprendemos a lição. Como diz o ditado “Pode-se enganar alguns durante algum tempo, não se pode enganar todos durante o tempo todo”.

Para concluir, sem quaisquer preconceitos ideológicos e respeitando outros e diferentes posicionamentos face à Revolução dos Cravos, faço votos para que o 25 de Abril e os

seus Ideais continuem a ser o horizonte e os princípios reguladores da acção política de todos os membros desta Assembleia, apesar das diferentes crenças ideológicas que nos distinguem, mas que igualmente nos fazem merecer o respeito mútuo, como deve ser regra numa sociedade democrática, em que os actores políticos defendem livremente as suas convicções, para além dos interesses partidários que infelizmente estão sempre presentes na luta pelo Poder.

Viva o 25 de Abril.

Mário Duarte



Excelentíssimo:

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Luciano da Silva Gomes,

Senhoras Secretárias,

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eng.^o Bragança Fernandes,

Senhoras e Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia,

Senhoras e Senhores Vereadores,

Caras e Caros Cidadãos aqui presentes em grande número,

Órgãos de Comunicação Social,

Minhas senhoras e meus senhores.

Queria aproveitar este Período para fazer uma breve referência ao que têm sido as Reuniões Alargadas da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens da Maia, CPCJ, estando certa que todas as senhoras e senhores Deputados têm recebido a informação que as representantes da Assembleia Municipal na referida Comissão, a minha pessoa e a senhora Deputada Márcia Isabel Duarte Passos Resende, dando conhecimento do que de mais importante se tem passado nessas Reuniões.

Cabe à Comissão Alargada auxiliar no desenvolvimento de acções de promoções dos direitos e prevenção de situações de perigo para a criança e para o jovem.

Na última reunião alargada da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens da Maia foi apresentado e aprovado o Relatório Anual de Actividades do ano 2010, no qual constava que o número de processos instaurados foi de 277, 48 haviam foram reabertos, e transitaram do ano anterior 466, sendo o seu total 791 processos, número este superior ao do ano anterior que tinha sido de 672. Estes números deixam-nos naturalmente preocupados, especialmente dadas as crescentes dificuldades que as famílias portuguesas atravessam, colocando pressão acrescidas no seu seio.



Para além de ser apresentado e discutido o Plano de Actividades e o Relatório das mesmas foi também feita uma alusão das principais entidades sinalizadoras, formas mais frequentes de comunicação da sinalização, problemáticas associadas, modelos de promoção e protecção obedecendo à hierarquia legal, escolaridade e naturalidade das crianças e jovens, meio sócio-familiar e características socio-económicas dos núcleos familiares.

De salientar que a Assembleia Municipal da Maia tem estado representada nas várias reuniões da Comissão Alargada, estando as suas representantes atentas aos assuntos aí debatidos e tentando dar o seu contributo para que a melhoria das condições de vida das crianças e jovens, seja cada vez mais uma realidade no concelho da Maia.

Muito obrigado.

Raquel Almeida Rebelo da Silva Maia

Maia, 27 de Abril de 2011

COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA**Intervenção do Período Antes da Ordem do Dia**

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal,

Demais membros da mesa,

Caríssimos Srs. Deputados,

Estimados membros do público:

A presente reunião da Assembleia Municipal encontra o país numa situação de crise política, motivada pela demissão do governo, e em pleno período de pré-campanha eleitoral. As razões desta situação, para além do motivo imediatista que foi a reprovação do PEC IV pela Assembleia da República, são fáceis de identificar: um índice de desemprego altíssimo, o maior da democracia, com perspectiva de aumentar se não houver mudanças políticas; o poder de compra da população cada vez mais reduzido, num processo que se vem desenrolando há anos, muito antes da já coloquial crise internacional; a progressiva generalização do trabalho precário, traduzida em menores salários, mais horas de trabalho e horários irregulares. Em suma, uma situação social cada dia que passa mais degradada, num país “à rasca” todo ele, entregue nas mãos de uns quantos burocratas do FMI que, arvorados em deuses dos cífrões, já agem como regentes nomeados num país aparentemente sem rei nem roque.

Desde a entrada na então CEE, Portugal encetou um processo de auto-destruição do seu tecido produtivo. Dirigido por governantes que, de Cavaco

MP

a Sócrates, nunca tiveram a capacidade de olhar para além dos seus próprios mandatos e dos interesses que defendiam e defendem, pondo Portugal em segundo plano, a situação portuguesa resume-se hoje assim: um país sem capacidade de produzir riqueza, cujos habitantes vivem de prestar serviços uns aos outros, sob a tutela das potências dominantes da União Europeia que, segundo os seus próprios interesses, fazem de Portugal um mero joguete.

Segundo o *politiquez* corrente o FMI vem ajudar Portugal. A hipocrisia latente desta expressão, a mentira velada, é ultrajante. O que PS, PSD e CDS consideram ajudar é pura e simplesmente a continuidade do rumo que já enunciámos nesta intervenção. Será, em breve prazo, a anulação das grandes conquistas sociais ganhas com a Revolução ante e ontem celebrada, culminada num processo de empobrecimento que deixaremos como herança às próximas gerações. Olhemos a Grécia, do mesmo modo olhemos a Irlanda, a fim de vermos o nosso futuro próximo. E, já agora, olhemos também os resultados líquidos do FMI que, com uma ajuda ali e outra acolá, seguem de vento em popa. Como vêem, a crise existe, é certo. Mas não é para todos.

Passando para uma questão com influências mais locais, vemos com grande preocupação a actual situação do Metro do Porto, seja no que concerne aos atrasos verificados no lançamento do concurso público para a 2.^a fase da rede, seja o incumprimento ainda da construção da 1.^a fase (lembramos que a linha da Trofa continua por concluir, não obstante as reiteradas promessas feitas às populações), seja a evidente insustentabilidade do modelo de financiamento que, como o PCP vem a afirmar desde o início do projecto, conduziria ao descalabro financeiro. Tendo em conta que a Maia é um município directamente interessado no destino do Metro do Porto

e que faz parte da Junta Metropolitana, gostaríamos de saber que ideias estão a ser discutida no intuito de alterar e resolver a situação actual.

Nesta semana, entre Abril e Maio, em que celebramos a liberdade, a democracia e a emancipação de todos os operários e trabalhadores das cangas do capital – processo em construção – trazemos à liça o triste episódio de um grande grupo económico que entendeu exercer pressões e ameaças sobre os seus trabalhadores para que laborem no 1.º de Maio. Falamos da SONAE que, como todos sabemos pelas várias intervenções feitas pela CDU nesta Assembleia, entende que deve ter os seus hipermercados abertos todos os dias da semana. Entenderá porventura também que os trabalhadores, mal pagos e precários, deverão demonstrar a sua imensa gratidão pelo facto, não entendendo que os mesmos se manifestem desagradados e revoltados com os factos.

Este guião, senhores deputados, até cheira a mofo de tão velho. Primeiro foi necessário alargar horários, entretanto foi a abertura aos fins-de-semana o grande imperativo, agora é o 1.º de Maio, depois será outro feriado qualquer, até brevemente estarmos todos aqui a discutir a abertura nocturna, sempre, é claro, pelo grande imperativo ético da defesa dos direitos dos consumidores e outras balelas afins que mais não representam do que o próprio umbigo da nata empresarial portuguesa. A classe política dirigente rumina e digere o discurso do costume, dando sempre mais uma hipótese, mais um pouco de espaço de manobra, com argumentação risível, sempre à custa dos mesmos, à custa de quem vive do seu trabalho – cada vez menos cidadãos, cada vez mais autómatos pós-modernos e semi-escravizados.

Bem sabemos do desinteresse que estas palavras causam aos presentes, do silêncio habitual a que somos votados pela comunicação social nas repetidas sessões da Assembleia Municipal da Maia. Efectivamente, a

velha cartilha liberal está cada vez mais em voga; é sem surpresa, portanto, que os trabalhadores e a classe operária, os reais produtores de riqueza, sejam cada vez mais um pormenor de somenos importância. Não obstante, aqui cumprimos a nossa obrigação democrática de sermos voz de quem nos elegeu, de sermos voz de quem cada vez tem menos.

A Coligação Democrática Unitária



✓ AF
of

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Exmo. Senhor Presidente da Câmara
Senhores Deputados
Senhores Vereadores
Autoridades
Digníssimo público e imprensa presente

RECORDAR ABRIL É:

Rapor a esperança! É afirmar que é urgente a mudança iniciada pelo movimento dos capitães e pela luta do povo por direitos civilizacionais, sociais e de cidadania, e que agora são novamente colocados em causa pelo capital neo-liberal e sem pátria.

37 Anos depois de Abril de 1974, vivemos um momento particularmente difícil que tem responsáveis e que é fruto de políticas dos governos e das maiorias que aplicaram estratégias ditadas pelo capital internacional de subserviência, destruição do nosso aparelho produtivo, nomeadamente da indústria, da pesca e da agricultura.

Temos de lembrar que somos governados em alternância por governos PSD, PSD/CDS e PS há mais de três décadas. Governos estes que sempre assentaram a sua acção na finançarização, especulação e economias de casino em detrimento do desenvolvimento das nossas capacidades produtivas. Essas sim capazes de tornarem o nosso país menos dependente, com emprego e com esperança para o futuro dos nossos jovens!

O resultado é que 37 anos após o 25 de Abril, estamos a viver verdadeiramente um retrocesso civilizacional!

Temos hoje o maior número de desempregados de sempre, somos o país com o maior número de trabalhadores precários e sem direitos da Europa, com o maior número de licenciados que não conseguem entrar no mercado de trabalho, dos empregos dos 500 € e dos recibos verdes, das pensões de miséria, do mais baixo salário mínimo da Europa e ainda um país com quase dois milhões de pessoas a caminho da pobreza!

-Em sentido contrário os resultados da banca e dos grandes grupos financeiros apresentam os melhores resultados e sempre, pagam menos impostos, permitem-lhes gigantescas fugas de capitais para os paraísos fiscais, etc. etc....

NF
8

Tal como afirmava um cronista do JN António Pina citando Carlyle na sua “ História da Revolução Francesa” que as revoluções são sonhadas por idealistas, realizadas por “fanáticos” mas quem delas se aproveita são os arrivistas de todas as espécies.”

Nada mais actual!

Foram estes senhores que acoitados em Abril levaram o nosso país para uma situação de total dependência e perto da bancarrota!

Hoje novamente com o FMI no nosso país, perguntamos, quem ganha e quem perde com a intervenção e ingerência destes no nosso país?

Quem paga a dívida externa e a enorme dívida social aos trabalhadores e aos quase dois milhões de portugueses abaixo do limiar de pobreza? Sim, a esses, existe uma enorme dívida por pagar!

Mas não é a estes que a Troika, FMI, PS, PSD e CDS/PP quer que se pague a dívida! Mas sim à banca, aos mesmos que nos sugam todos os dias com juros especulativos e ruinosos para a nossa economia e cidadãos. Porque foram eles e os políticos da pretensa união nacional contra a crise, que pressionaram a intervenção do FMI, naturalmente para salvaguardarem os seus interesses e garantia do pagamento da dívida sim, mas a eles próprios e a juros cada vez mais elevados!

É contra estas arbitrariedades que temos de opor a nossa luta, tal como nas grandiosas manifestações levadas a cabo a 12 Março, se reviveu Abril e nos faz renascer uma esperança de luta por direitos conquistados com Abril!

Sim porque foi com a revolução de Abril

- Que a escolaridade aumentou e cresceram universidades por todo o lado, e que hoje tentam impor-nos de novo as escolas dos senhores directores e as universidades só para quem pode pagar;
- Que tivemos a possibilidade de criar um dos melhores serviços de saúde pública da Europa, e que tentam hoje descapitalizá-lo e favorecer as negociatas das clínicas privadas;

- Que nos tornamos um país onde valia a pena viver e recebemos milhares de imigrantes de outras terras, e incomoda-nos ver hoje os nossos jovens estudarem para emigrar, porque esta terra já não parece ter nada para lhes oferecer;

✓ ✓

Uma coisa é certa: lembremo-nos que o nosso bem estar não é garantido se não lutarmos por ele, se não nos opusermos ao credo neo-liberal que foi o essencial dos governos dos últimos 25 anos, se não impedirmos que todo o poder fique na mão dos especuladores da banca e da finança e dos politiqueiros ao seu serviço, se não denunciarmos e enfrentarmos os corruptos que por aí se instalaram.

Trinta e sete anos depois de uma data libertadora, há ainda muito a cumprir, há a democracia a aprofundar através da participação popular, há a regionalização como caminho para um país social e territorialmente coeso.

Hoje, 37 anos depois de Abril, há um interior despovoado, centros históricos das cidades ao abandono, periferias urbanas desqualificadas, recursos naturais desperdiçados. É a glória da governação neo-liberal!

Durante anos, os neo-liberais enganaram muita gente: defenderam que a desregulação da economia era o caminho, que a “mão invisível do mercado” era a solução de todos os problemas.

Hoje, 37 anos depois do 25 de Abril, vive-se em Portugal uma das situações sociais mais graves de sempre!

Perante esta situação, perante a gravidade dos factos, o governo central e o poder local têm de avançar com medidas excepcionais urgentes, de apoio aos desempregados, às famílias sobre-endividadas, aos jovens sem trabalho. Para responder às expectativas e aspirações populares. Porque a memória do 25 de Abril o exige!

Os Maiatos não são excepção e hoje no nosso Concelho são cada vez mais os que sofrem com o desemprego, com a miséria, com a exclusão social e com a pobreza explícita ou escondida, com a falta de uma habitação digna como são exemplos as famílias de etnia cigana recentemente despojados do quase nada que possuíam ou das habitações sem condições dos moradores do Bairro do Sobreiro.

O 1º de Maio que se avizinha é pois um momento de luta e afirmação por direitos fundamentais de cidadania e que, a pretexto da crise e por exigência do FMI, nos pretendem retirar. Não podemos aceitar viver curvados ao poder da finança e dos vendidos do templo.

As eleições que se avizinham são um momento único de afirmação de uma alternativa a um poder que nos tem tirado tudo e nos pretende lançar com mão de veludo nas garras dos vampiros do FMI e roubar o pouco que já possuímos! Mas a dignidade e a independência, se quisermos lutar, ninguém nos poderá tirar!

E para essa luta, podem contar connosco!...

25 de Abril sempre!

VIVA O 25 DE ABRIL!

O Grupo parlamentar do Bloco de Esquerda

Silvestre Pereira

Maia, 25 de Abril de 2011

*Silvestre Pereira
Presidente*



AP
J

Grupo Parlamentar do Partido Socialista
Assembleia Municipal da Maia - 27-04-2011

INTERVENÇÃO
 (PAOD - Período Antes da Ordem do Dia)

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal

Exmos. Srs. Vereadores

Exmos. Srs. Deputados, cidadãos e órgãos de comunicação social

Num momento nacional particularmente difícil, é fundamental reforçar e reafirmar os valores da liberdade. Não podemos tão pouco esquecer o ideário de Abril, defendendo, reforçando e aprofundando o modelo democrático e social, bem como estar empenhados na afirmação dos valores da democracia, da igualdade, da liberdade e da solidariedade. Devemos ter orgulho do que conquistámos, mas continuar a lutar pelo que ainda falta conseguir, sem pessimismos e intervenções derrotistas que apenas desmotivam e limitam as pessoas. Não deixamos, por isso, de lamentar o facto de esta Assembleia Municipal se ter excluído de, neste ano em particular, dar sinais de optimismo e confiança aos maiatos, tendo deixado de assinalar uma data histórica da implementação democrática em Portugal.

Neste cenário, e porque o 25 de Abril é, também, a causa de estarmos aqui, por educação, saúde e habitação para todos, cumpre às autarquias locais - órgãos do poder mais próximos dos cidadãos, dos seus problemas e dos seus anseios - uma intervenção mais activa junto das pessoas. São nestes momentos que se deve exigir mais dos órgãos de administração local, devendo estes agir com mais racionalidade nos processos de decisão, com maior eficiência na gestão dos recursos e com maior qualidade nos serviços públicos prestados às populações.

Cremos, por isso, que um dos factores mais importantes para o reforço do ideário de Abril é a urgência de uma atitude de cidadania. O envolvimento dos cidadãos nas decisões locais melhora a transparência da democracia, dando à prática política uma especial dose de exigência e responsabilidade de parte a parte. A Câmara Municipal da Maia (CMM) deve ter a capacidade de mobilizar a população e incentivá-la a colaborar na construção de medidas mais justas para o concelho gerando, ao mesmo tempo, cidadãos mais informados e envolvidos na gestão da coisa pública. O dinamismo do sistema democrático depende, essencialmente, da existência de uma efectiva oportunidade de participação cívica pelos cidadãos nas decisões tomadas pelos seus eleitos, bem como pela responsabilização dos titulares de cargos públicos e pela forma como exercem os seus mandatos.



Os agentes políticos podem ter uma acção mais intervintiva junto dos estabelecimentos de ensino com recurso à intervenção das escolas básicas e secundárias do nosso concelho ou com participação privilegiada do Conselho Municipal de Juventude. Consideramos que, no momento em que vivemos, o envolvimento de todos nas tomadas de decisão, enriquece e melhora a qualidade das políticas aplicadas, sem que a legitimidade democrática dos autarcas seja posta em causa, mas antes reforçada.

É necessário, por isso, ter consciência que o envolvimento dos cidadãos é uma oportunidade única para valorizar os valores da Revolução dos Cravos associados ao serviço público, à participação cívica, ao envolvimento dos cidadãos no processo democrático e à responsabilidade no exercício de funções públicas. É fundamental perceber que a participação cívica fornece meios de verificação do poder e melhora o desempenho dos políticos, porque aproxima as pessoas do poder. Mesmo quem não acredite na participação política enquanto forma de poder, tem de admitir que a participação das pessoas pode servir, ainda, para a preservação do espaço não político, isto é, a vida das pessoas.

Num momento de crise que ameaça a coesão social, o Partido Socialista da Maia continuará empenhado na defesa das políticas sociais no nosso concelho. Os constrangimentos económicos, sociais e políticos que actualmente sentimos são, por vezes, um momento de oportunidade para a reforma de políticas, mas apenas para os mais destemidos e mais capazes.

P'lo Grupo Parlamentar do Partido Socialista,

Ana Maria F. Leite

Doc. 10

AP
JG

Exmo. Senhor
Presidente da Ass. E restante mesa.
Senhor Presidente da C., Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Na qualidade de elemento desta Ass., e tendo vivido com alguma intensidade o antes e depois do 25 de Abril de 1974, não posso deixar de lamentar o facto desta Ass., (embora não seja inédito nesta casa), não tenha sido realizada a cerimónia das comemorações de Abril.

Neste Concelho, durante alguns anos esta data não foi comemorada, no entanto, uma vez que foi retomada, sempre pensei que seria para sempre. Sejamos claros nesta casa nunca houve uma convicção concreta das comemorações.

Desde sempre foi notório a descrença de Personalidades desta Praça que antes usufruíam de alguns privilégios, nunca aceitaram de ânimo leve, a revolução dos cravos, como um marco Histórico da vida Portuguesa.

Pois é, ela aconteceu e veio para ficar e ficou mesmo quer queiram, quer não. Tal como a epopeia dos Descobrimentos e outros marcos, o 25 de Abril de 1974, ficara na História e sempre será lembrada àqueles que a não viveram como data importante da queda da Tirania e ainda como bases de podermos usufruir de um País moderno e próspero onde não haja perseguições por cada um expressar a sua opinião.

Infelizmente 37 anos passados, numa casa onde o culto da personalidade é por demais evidenciada a liberdade na sua plenitude não sei se foi alcançada. Tal como no passado, nota-se alguns laivos de exagerada partidocracia, o que faz com que se note algumas restrições nos direitos absolutos de alguns em benefício dos partidários.

É importante que a igualdade de tratamento seja resposta para todos.

Só assim se alcançará a liberdade que está na génesis de Abril.

Maia, 27 de Abril de 2011

Arídio Teixeira



Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

Ex.mos Senhores Secretários da Assembleia Municipal.

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal.

Ex.mos Senhores Vereadores

Ex.mos Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social,
Ex.mo Público.

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Permitam-me que cumprimente V.Ex^as.

Início a minha intervenção, com uma referência muito especial ao 25 de Abril, pela passagem do trigésimo sétimo aniversário.

Há datas que constituem um marco importante na vida dos povos.

O 25 de Abril, sinónimo de democracia e liberdade em Portugal, deverá manter-se vivo na memória de todos os Portugueses, quaisquer que sejam as dificuldades que tenhamos que enfrentar. Não devemos pôr em causa o 25 de Abril e se tão pouco valeu a pena, devemos sim, usufruir da liberdade que foi conquistada, como se fosse a coisa mais importante da nossa vida.

Seguidamente pretendo evidenciar o facto de já ter apresentado, por inúmeras vezes, em assembleias anteriores, e também ao Executivo, a urgência de obras de requalificação de algumas das principais vias na minha freguesia.

Nesta assembleia insisto, em especial, na melhoria da Rua da Fábrica, cujo pavimento está bastante degradado.

Toda a rua carece de obras, mas o troço compreendido entre o edifício dos bombeiros e o hipermercado é a situação mais premente.

Sendo uma das principais vias que atravessa a freguesia, não tem passeios nem drenagem de águas pluviais e, diariamente, é muito o tráfego de peões e viaturas.

Em dias de chuva, no troço que atrás referi, a água acumula-se na via e os peões são molhados por aquela que é projectada pelas viaturas.

A falta de passeios constitui grande risco para os transeuntes, que são obrigados a encostar-se aos muros limítrofes da rua para não serem atropelados.

Lamento que após as várias diligências que fiz junto da Câmara, não exista ainda um plano ou um projecto para uma resolução ajustada ao perfil deste arruamento.

Compete-me zelar pelo bem estar dos vilanovenses, que reclamam frequentemente a melhoria nesta artéria e nos apontam os perigos a que estão sujeitos quando nela circulam.

Tenho consciência das dificuldades financeiras, neste período que atravessamos, mas o facto de já insistir há tanto tempo nesta questão, sem qualquer resultado até esta data, permita-me que lhe solicite, Senhor Presidente da Câmara, uma solução com a brevidade possível.

Abordando agora o problema do realojamento das famílias de etnia cigana, que há cerca de 40 anos tinham o acampamento na Rua 4 em Moreira da Maia, foi bastante desagradável e desumano a forma seguida para solucionar este assunto.

Não obstante aquele acampamento estar localizado na freguesia de Moreira da Maia, mas situado nas proximidades de Vila Nova da Telha, não posso ficar indiferente a este problema e às repercussões na minha freguesia.

Vivemos em democracia há 37 anos, pelo que se impõe que as pessoas sejam bem tratadas seja qual for sua etnia, a cor da sua pele ou as suas convicções religiosas, no princípio de igualdade de direitos e também de deveres.

Compreendemos igualmente a ansiedade dos moradores da área envolvente, que após o cumprimento de uma acção judicial, desejam agora que se aproveite a oportunidade para se encontrar uma solução definitiva que, contemple dentro do possível todas as partes envolvidas.

Em diversas ocasiões tentei dar o meu contributo, e a colaboração da minha freguesia, para a procura de uma solução que passou, inclusive, pela possibilidade de realojamento de 3 famílias no edifício do PER da Aldeia, aquando da sua ocupação.

Actualmente os alojamentos nos PER, situados na minha freguesia, estão todos ocupados e infelizmente em Vila Nova da Telha há também carências de várias ordens, incluindo ainda famílias a viverem em condições precárias de habitação e para as quais é necessário não esquecer e igualmente encontrar uma solução.

Floriano Pinho Gonçalves
Floriano de Pinho Gonçalves
 Presidente de Junta
 (27/04/2011)

INSCRIÇÃO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICOExm.^o Senhor:Presidente da Assembleia Municipal
MAIANome José Ceuto LopesMorada RUA A N° 33Freguesia VILA NOVA DA MAIACódigo Postal 4470-719 Maia

Vem, muito respeitosamente, solicitar a V. Ex^a., que atento ao disposto no nº 3, do artigo nº 40.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia, lhe seja concedido um período de tempo para pedir os seguintes esclarecimentos:

Descrição do assunto:

TRANSPORTES PÚBLICOS + BANDEIRAS ARQUITECTONICASMaia, 27/4/2011

(Assinatura)

Obs.: A intervenção do público fica sujeita às regras estabelecidas no artigo 48º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia.

6 FOTOS

AP

2

João Couto Lopes

Assembleia Municipal da Maia

Maia 27 de Abril de 2011

Os meus cumprimentos ao Sr. Presidente da mesa da Assembleia, a todos os membros membros da mesa, ao Sr. Presidente do executivo, aos Srs. Deputados e todos os presentes.

Assunto: Transportes públicos, barreiras arquitectónicas

1º

Exmo. Sr. Presidente.

Venho mais uma vez, e sempre que me for permitido perguntar a V. Exa. Para quando a passagem da Urbanização Lidador para o Centro de Saúde de Pedras Rubras?

E transporte publico que sirva as populações de Vila Nova da Telha na deslocação ao centro de saúde, Sr. Presidente, por vezes devido há hora tardia no inverno, tem sido os médicos porque são humanos, a levarem os doentes a casa devido à falta de meios de transporte publico naquela zona.

Não tem sido possível dizem os responsáveis, colocar transporte publico que sirva o centro de Saúde, mas com espanto meu, para o Centro Comercial VIVACI já foi possível, o que leva a pensar que, o que acontece é falta de vontade politica e cívica de quem tem o pelouro nesta área. Agradecia que o Sr. Presidente torna-se este caso da passagem para o Centro de Saúde como urgente.

2º

Sr. Presidente,

No dia 30-6-2010 na Assembleia Municipal descentralizada que se realizou no novo edifício de Junta de Freguesia de Vila Nova da Telha, fiz um apelo ao Sr. Presidente para que intercedesse junto da Metro do Porto no sentido de sensibilizar a Metro para criar condições de acessibilidade a pessoas que se fazem transportar em cadeira de rodas.

Sei que V. Exa. tudo fez para que a Metro ficasse sensibilizada e resolvesse o problema, mas não ficou Sr. Presidente, continuam as pessoas em cadeira de rodas a terem as mesmas dificuldades no acesso ao Metro do Porto.

Existiram reuniões com responsáveis da Metro, o Sr. Nuno Ortigão,e o Sr. Jorge Morgado, sempre que faço uma reclamação (observação) tento dar solução para o caso, e foram apresentadas aos responsáveis da Metro, três soluções para resolver as entradas no Metro, uma era um patim com sensores que aproximasse o patim do cais, outra em borracha que eliminava por completo as dificuldades nas entradas, a terceira era provisória bástava virar o patim de borracha que é em rampa, mas do lado contrario não, a furação é a mesma por isso o custo era baixo, mas a Metro mostrou não estar interessada em facilitar a entrada e saída do Metro às pessoas em cadeira de rodas, mediante estas sugestões, eles responsáveis disseram na primeira reunião em 10 de Maio de 2010 terem já em fase de execução a correcção das entradas nos Tram-Train, composições que na altura só operavam na Linha da Povoa, estando agora os Tram- Train a operar por toda a rede do Metro, mas de seguida, um mês depois deram o dito por não dito, passado um ano nada fizeram para minimizar as dificuldades das pessoas em cadeira de rodas.

Nós utentes do Metro temos o dever de adquirir o andante e valida-lo para podermos viajar, e a Metro tem o dever de criar acesso e condições de segurança para que o utente tenha acesso ás composições do Metro, tão simples quanto isto.

AF
J

Não deixando a Metro outra alternativa se não colocar o caso a Organismos Internacionais de Defesa das Pessoas com Deficiência, na sequência da minha ida ao Parlamento Europeu o ano passado, no dia 1 do mês findo recebi um ofício com o pedido do Forum Europeu da Deficiência para lhes fazer chegar um relatório sobre a falta de Acessibilidades ao Metro do Porto, enviei um texto com fotos informando das dificuldades das pessoas em cadeira de rodas nas entradas e saídas do Metro do Porto.

A má vontade da Metro em não resolver o problema das entradas nas novas composições, é que se está a dar conhecimento a Organismos Internacionais.

Dando seguimento ao processo, no próximo mês de Maio vou como delegado há Assembleia Geral Anual do FED-Forum Europeu da Deficiência que se realiza em Budapeste na Hungria, ao ter a oportunidade de intervir darei conhecimento verbal ao FED das dificuldades que um Transporte Público como o Metro do Porto oferece aos clientes deficientes em cadeira de rodas.

Aproveito para mais uma vez pedir ao Sr. Presidente, como autarca da Cidade onde o Metro está a operar, e também por ter responsabilidades na Metro do Porto, peço que não dê o caso por findo, e volte a dar conhecimento aos responsáveis da Metro das preocupações que são de todos, e não só de quem anda em cadeira de rodas, evitando assim acções mais drásticas.

3º

Barreiras arquitectónicas nos passeios destinados exclusivamente a peões.

Sr. Presidente, já não bastava os condutores mal formados que bloqueiam os passeios com as viaturas, perante a passividade das autoridades, ainda colocam no passeio obstáculos limitando-os a metade, no passeio em questão circula diariamente um invisual.

Sr. Presidente, foi constituída e está em funcionamento a C.M.C.D. Comissão Municipal do Cidadão com Deficiência, e foi bom constatar que já eliminou obstáculos em alguns pontos da Cidade, mas Sr. Presidente, como é possível um mês depois de ter sido retirado um obstáculo de um passeio pedonal junto ao centro comercial vivaci, nas mesmas imediações é colocado outro obstáculo, eu diria um monstro de um obstáculo, que limita o passeio a metade, ver foto.

O dinheiro que provavelmente a autarquia cobra pelo reclame no passeio justifica o incumprimento da Lei ? Não, não há dinheiro que justifique a não livre circulação dos peões, e os autarcas deviam fazer disso ponto de honra.

Sr. Presidente, não é necessário que se pronuncie dando-me resposta a estas questões aqui colocadas, o que peço é que dê resposta afirmativa de que tudo irá fazer para que todas as barreiras sejam elas de que natureza for sejam retiradas (eliminadas) dos passeios, vamos fazer da Maia uma Cidade onde possamos circular nos passeios sem termos de fazer gin canas.

Sem mais, os meus respeitosos cumprimentos
João Couto Lopes

AP & TELA

ESTACION DE METRO
BONANZA
TANCA

22/05/2019 07:57:43

10

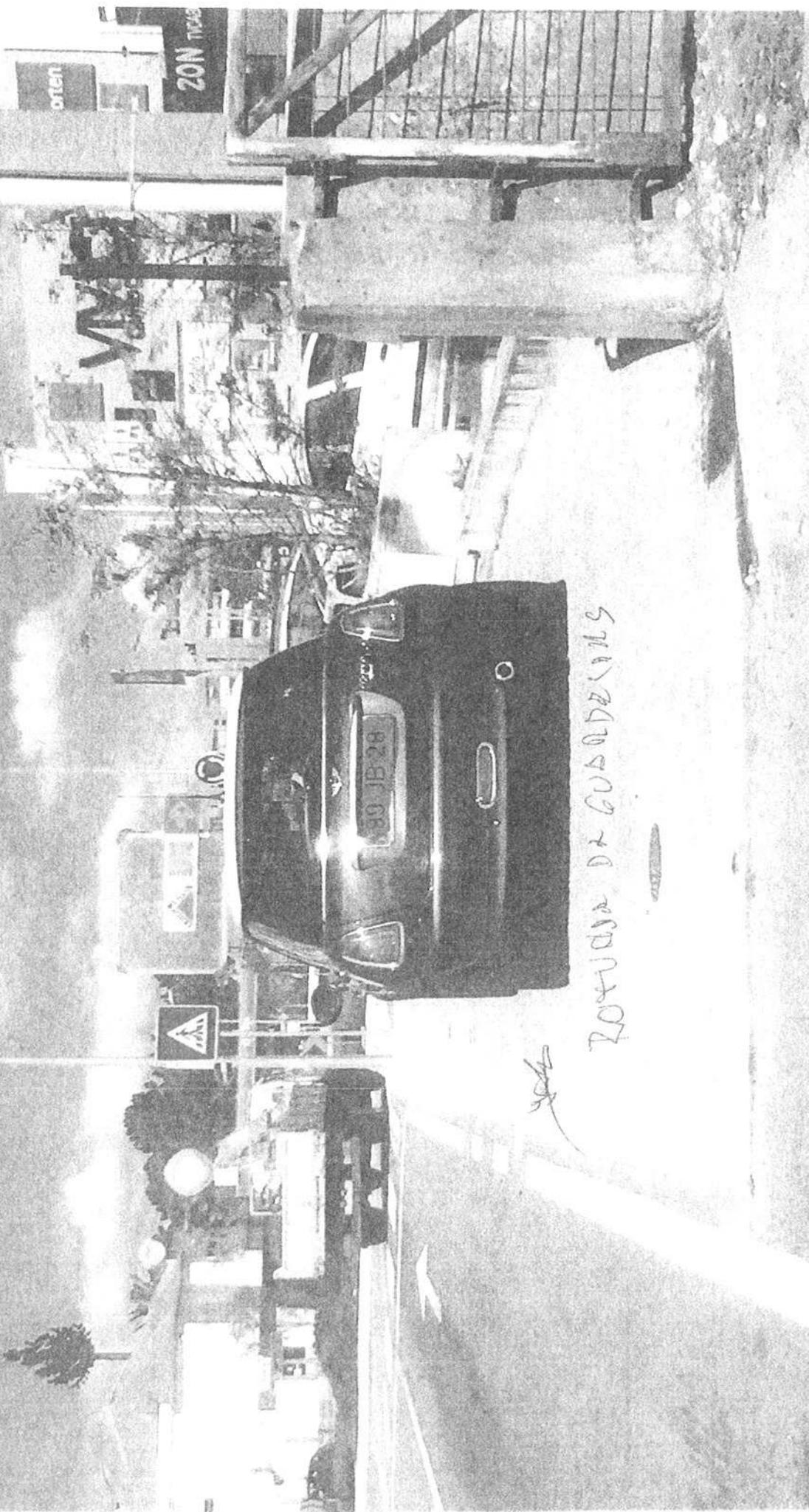
ESTACÃO DE METRO
DE
BUNDUS
FRANCIA



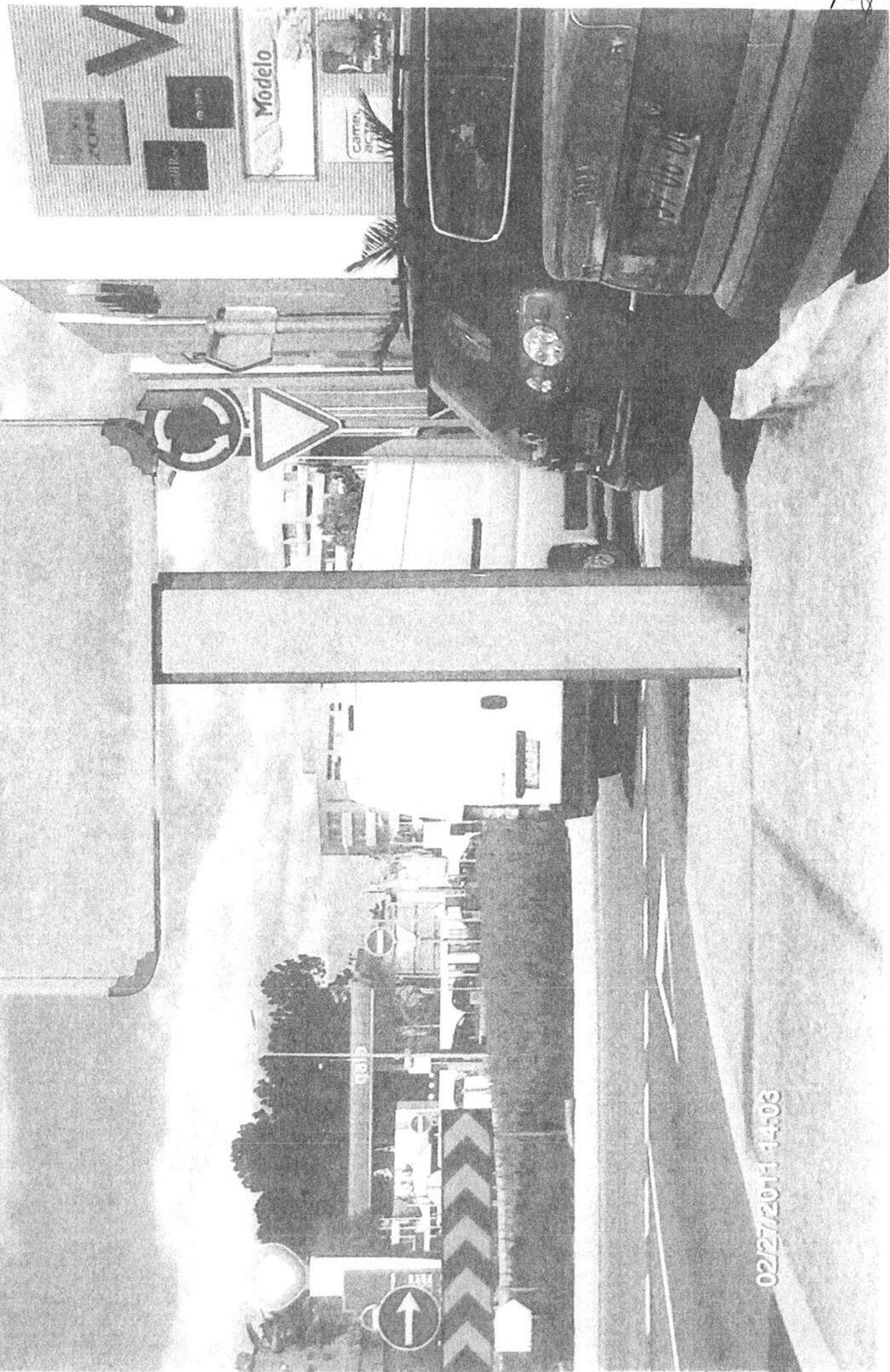
AP

02/27/2011 11:40

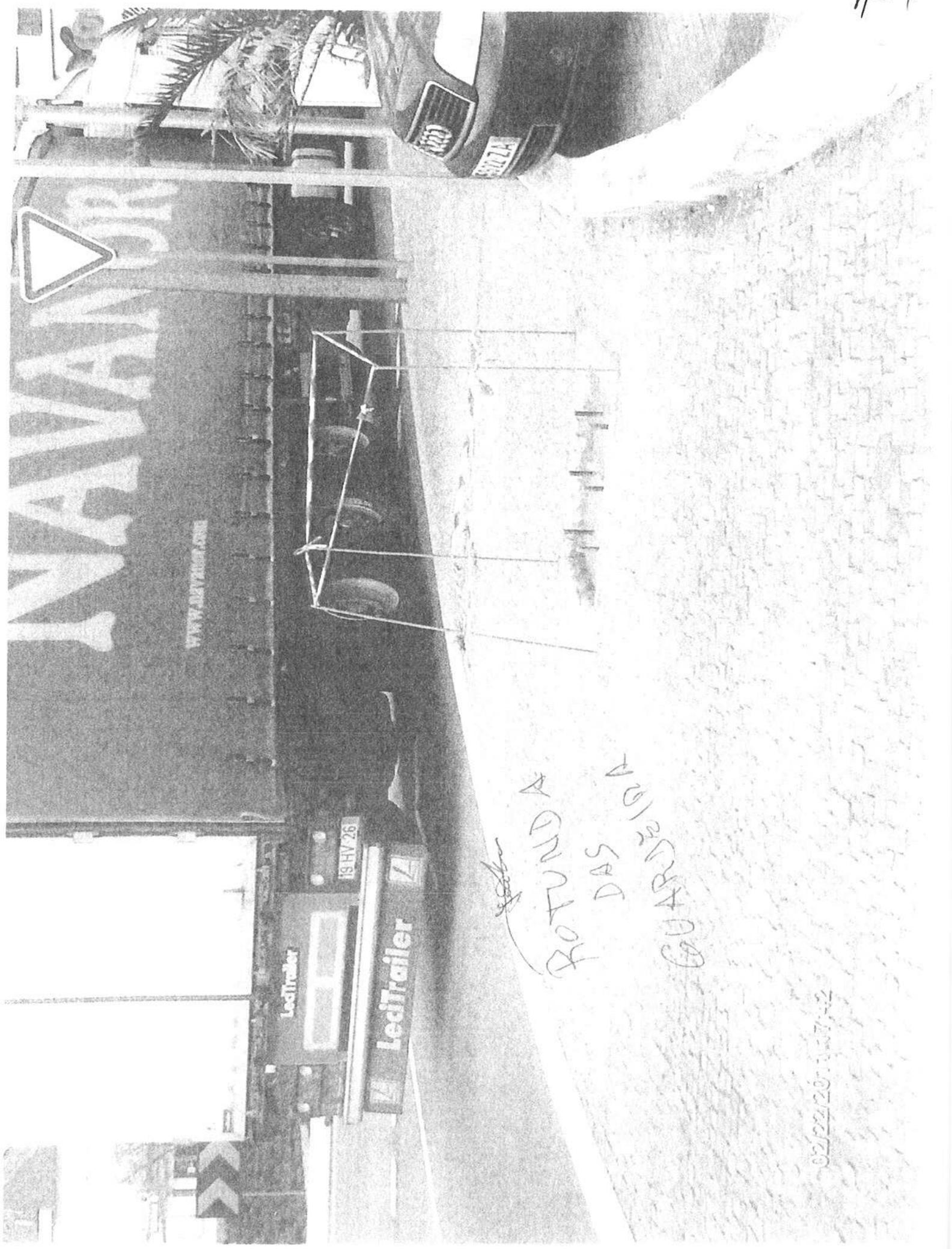
Postcard & Greetings



taus
ROTUNDA DAS GUARDEIAS



✓ 109



INSCRIÇÃO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICOExm.^o Senhor:

Presidente da Assembleia Municipal

MAIA

Maf

Nome Fárizinha Fernandes Reis das Gomes ReisMorada Rua 4 nº 259 - urb. da Lideira RFreguesia V. N. TelhaCódigo Postal 4470-213

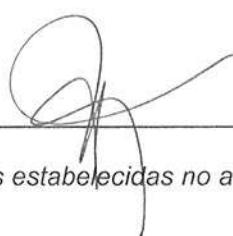
Vem, muito respeitosamente, solicitar a V. Ex^a., que atento ao disposto no nº 3, do artigo nº 40.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia, lhe seja concedido um período de tempo para pedir os seguintes esclarecimentos:

Descrição do assunto:

Alojamento dos ciganos
Higiene, Saéde e Saibridade.
Questões de Segurança

Maia, 27/04/2011

(Assinatura)



Obs.: A intervenção do público fica sujeita às regras estabelecidas no artigo 48º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia.

Como é do conhecimento de todos aqui presentes os ciganos foram desalojados no passado dia 12/04/2011, e com promessas desde a afixação do prof. Vieira de Carvalho de afastamento.

Estivermos (eu e o sr. Forgado) numa reunião com o sr. Presidente e várias pessoas representantes de diversos departamentos na qual nada ficou resolvido.

Ficou aí sim mais uma vez uma promessa de realojamento que há anos que nos dizer sempre a mesma coisa tanto a nós como aos ciganos.

Nessa reunião foi demonstrado por diversas formas que as condições de saúde higiene e higiene e saúde não eram nenhuma.

Que existia muitos ciganos, 50 a 70 instalados em 2 lotes de terrenos numa área de 400 metros quadrados no total, sendo, muitas delas crianças o que todos sabemos que é uma fonte de perigo constante visto que de repente atravessam a rua e logicamente poderão adquirir daqui problemas, tanto para quem atropelou como para a criança atropelada.

O sr. Presidente já tem conhecimento deste situaçao há muitos anos e nada fez licitando-se e dando promessas e a atribuir culpas aos loucos dos terrenos que se licitaram a ele tirar o direito à posse destes terrenos que

até ao dia 12/04 não podiam fazer nada
e neste momento a decisão judicial não produz
os seus efeitos pois não podem ir Pd.

Estamos todos (ciganos e nós) fãtos de
pobreza, sabemos que a câmara tem
casas devolutas aqui no bairro dos sobrinhos
no nosso bairro (ex: hainacop) para alojar
os ciganos se quizer.

Não existe vontade política como social,
e nem a câmara dizer que eles só são seres
humanos ! ! ! se os considerasse assim
não os tinham mandado para o sítio onde
estão pois as condições que eles lá têm não
são nenhuma, só condições de animais

Existem lá volta a fritar inúmeras
crianças assim como adeptos que não
têm condições de saúde e higiene, se a
câmara pretende alojar como diz, que diga
e actue essa conformidade e assuma
perante os presentes o compromisso imediato
deles, das casas que tem devolutas.

Assim é que mostram o Pd do humano e
social e o interesse pelo bem estar dos
seus munícipes.

Sr. Presidente Ass. Vice-vice)

Sr. " da câmara e outros membros

Srs Dep. Deputados da mesa

~~Jornalistas~~ Srs. Jornalistas comentários sociaf

Srs Vereadores

Hássia Shula Gonçalves
moradora da Rua 4 urb. do Lidecor

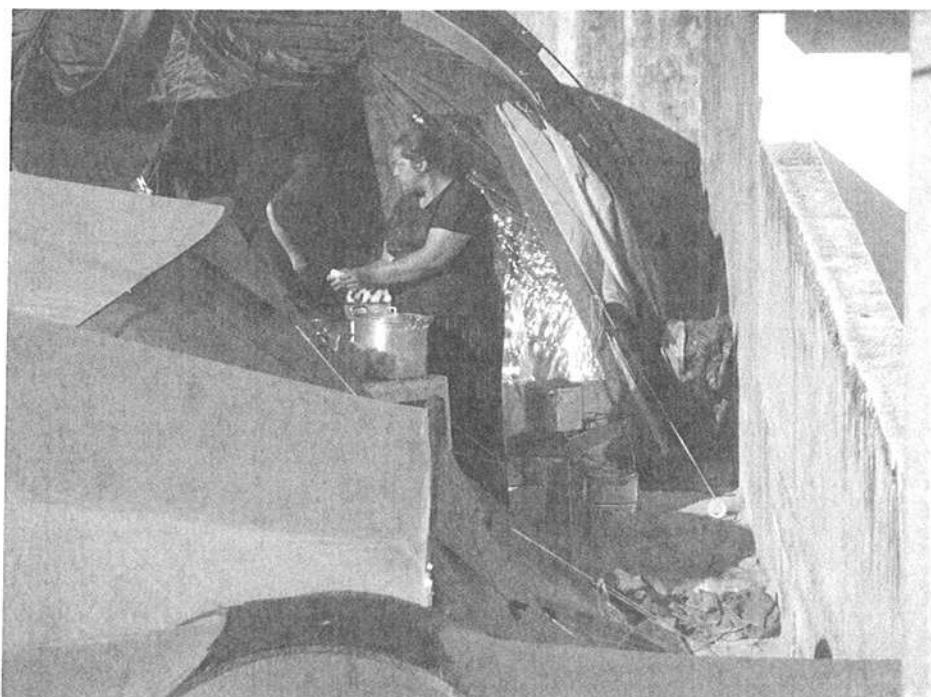
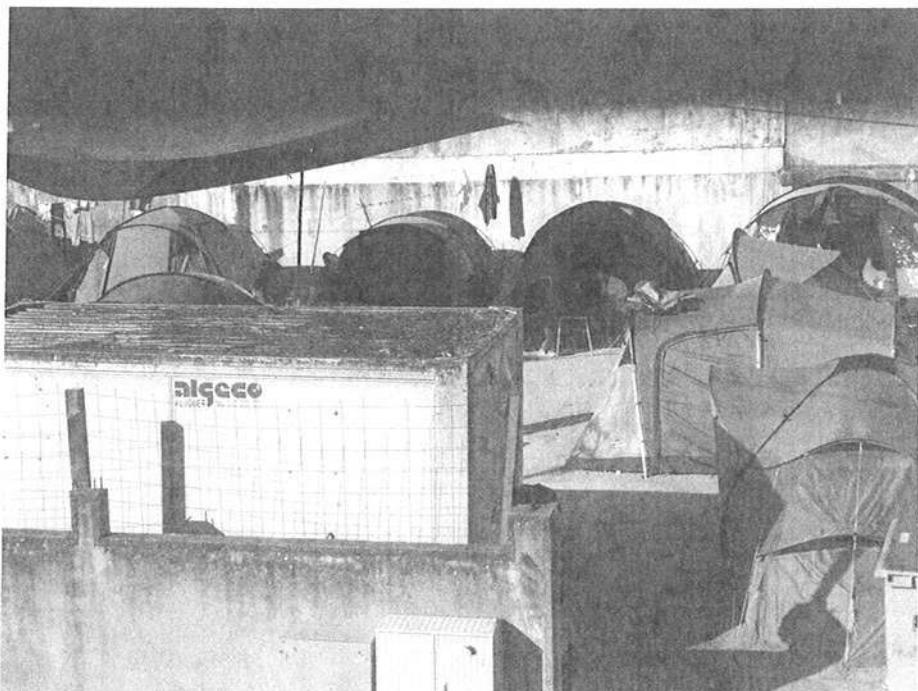
O sr. Presidente de feste da Freguesia
de Roseira falou q existe pessoas q
pôe de um lado de bafango d'inteiro
e do outro lado pessoas. o q nã é
o caso pois se o fosse nã estavamos
aqui a defender as condições desumana-
nas em q o cígano se encontra.
Quanto aos efeitos em q falou q
deste 1997 andaram a tratar do assunto
Isa Lameiro verificar q depois de
tudos acons a silveira vao se resol-
ver portanto só possa contribuir a
~~isso~~ chacear a isto de impêcia
e nã existir vontade política e social.

AP
D

~M/S
8



~
jk
81



DOC. 14

INSCRIÇÃO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Exm.^o Senhor:

Presidente da Assembleia Municipal

MAIA

Nome Mário Alexandre Martins Vitoria ferreira

Morada Urb. Liadon Rua 5 n^o 233

Freguesia Loreira

Código Postal 4480-554

Vem, muito respeitosamente, solicitar a V. Ex^a., que atento ao disposto no nº 3, do artigo nº 40.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia, lhe seja concedido um período de tempo para pedir os seguintes esclarecimentos:

Descrição do assunto:

A campamento de ciganos seu
condicões de higiene e que
prejudica a saúde pública.

Maia, 27/4/2011

(Assinatura)

Obs.: A intervenção do público fica sujeita às regras estabelecidas no artigo 48º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia.

DOC. 15

INSCRIÇÃO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Exm.^o Senhor:

Presidente da Assembleia Municipal

MAIA

Nome JOSÉ LUIS COSTA PEREIRA MONTEIRO

Morada URB. DO LÍDADOR - R. 57239

Freguesia MOREIRA

Código Postal 4870-554 MAIA

Vem, muito respeitosamente, solicitar a V. Ex^a., que atento ao disposto no nº 3, do artigo nº 40.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia, lhe seja concedido um período de tempo para pedir os seguintes esclarecimentos:

Descrição do assunto:

ALOJAMENTO DA COMUNIDADE CIGARRA
RUA 4.

Maia, 27/04/2011

(Assinatura)

Obs.: A intervenção do público fica sujeita às regras estabelecidas no artigo 48º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia.

INSCRIÇÃO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

00.16

Exm.^o Senhor:

Presidente da Assembleia Municipal

MAIA

✓ AF

Nome Nuno Monteiro Rosso
Morada Erbinizalão do Siolador Rua 4
Freguesia Noiteira Maia
Código Postal 4470-713

Vem, muito respeitosamente, solicitar a V. Ex^a., que atento ao disposto no nº 3, do artigo nº 40.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia, lhe seja concedido um período de tempo para pedir os seguintes esclarecimentos:

Descrição do assunto:

Alugamento

Maia, 27/1/201_

(Assinatura)

Nuno Rosso

Obs.: A intervenção do público fica sujeita às regras estabelecidas no artigo 48º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

DOC. 17
BHF ✓ Rm
+verde e
roxo
14/4/11

Ex.mo Senhor

Presidente da Assembleia Municipal da Maia

Paços do Concelho

MAIA

Assembleia Municipal da
Maia
Entrada nº 33
Em 14/04/2011

Ofício nº 5.932

ASSUNTO: INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA
ACTIVIDADE MUNICIPAL.

Ex.mo Senhor Presidente,

Nos termos da Lei, levo ao conhecimento de V. Ex.a e através de V. Ex.a à Ex.ma Assembleia Municipal, a presente Informação.

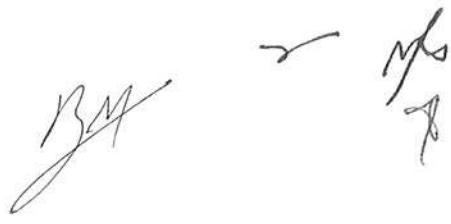
Esta Informação sobre a Actividade do Município vai ser presente à Assembleia Municipal na ocasião e na circunstância da realização da sua 2ª Sessão Ordinária do ano de 2011.

Nesta Reunião vêm à apreciação da Assembleia assuntos e documentos de relevante importância na vida do nosso Município sendo que, por entre eles, destaco as prestações de contas e os relatórios de gestão da Câmara Municipal e



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente



BM

dos Serviços Municipalizados respeitantes ao ano de 2010, assim como os documentos da mesma índole das empresas Municipais sendo que, destas, se dá conhecimento à Assembleia.

Por este conjunto de documentos pode-se tirar o retrato da actividade que foi desenvolvida no ano transacto, um ano difícil é certo, mas que, e na medida do possível, foi mais um ano em que demos um forte contributo para o desenvolvimento do Concelho, para o bem estar de todos os que cá fazem a sua vida, e, bem assim, para preparar o advir da nossa Comunidade.

Os vários órgãos que compõem o Município da Maia continuam a levar a bom termo uma intervenção pautada pela iniciativa e pelo sentido de futuro nos propósitos, a que se associa o rigor de processos no estrito cumprimento da Lei vigente, das boas regras e das melhores práticas de gestão dos dinheiros públicos. Tudo temos vindo a fazer neste sentido.

Nesta oportunidade passarei a pontuar alguns acontecimentos, actividades e acções que tiveram lugar no curto período que decorreu entre a última Informação que prestei à Assembleia Municipal e o presente documento:



- No mês de Fevereiro demos como concluídas as obras de beneficiação e de ampliação de mais dois estabelecimentos escolares da rede que está sob a nossa esfera de competência e responsabilidade.

No dia 10 desse mês inaugurámos as intervenções na EB1/JI de Arcos, na Freguesia de S. Pedro Fins e no dia 16 foi a vez da EB1/JI da Giesta, na Freguesia de Pedrouços.

Tanto um como o outro estabelecimento foram objecto de importantes trabalhos de beneficiação e de muito significativa expansão, passando a constituir verdadeiros Centros Escolares pois estão dotados de espaços e de valências que tal configuram. A rede escolar do nosso Concelho ficou muitíssimo valorizada com mais estas intervenções no cumprimento de um vasto e muito ambicioso plano que se está a aproximar do seu final de execução.

- A Fábrica da Maia da Siderurgia Nacional se por um lado constitui uma mais-valia para o nosso Concelho, por outro aporta-nos uma constante dor de cabeça no que respeita às condições ambientais em que labora.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

[Handwritten signatures and initials]

É certo que, fruto da insistência do Município, muito já foi feito e muitas melhorias já foram introduzidas no seu processo produtivo que levaram a substanciais reduções de emissões poluentes.

Todavia, perdura uma questão relativa ao depósito de resíduos sólidos (de sucatas) que não tem vindo a ter solução ou sequer tem vindo a ser objecto de informação por parte da empresa ou das entidades oficiais que superintendem nesta área.

A este respeito quero dar conhecimento à Assembleia do último Ofício que remeti à CCDRN (e por cópia à Senhora Ministra do Ambiente) acerca deste assunto e que transcrevo em parte.

..../....

Na sequência do nosso ofício com nº 15848, de 2010.08.05, relativo ao depósito de resíduos perigosos em terrenos propriedade da Siderurgia Nacional, S.A., no Concelho da Maia, sendo a responsabilidade desse depósito de pó contaminado do Estado Português, e tendo vindo recentemente a público a perigosidade destes resíduos, depositados em parte entre 2001 e 2002, nas Minas de S. Pedro da Cova, no Concelho de Gondomar, e que será desenvolvido um estudo da qualidade das águas subterrâneas no local, por suspeita da sua contaminação pela deposição desses resíduos, venho manifestar novamente junto de Excia a nossa preocupação perante o facto.

Efectivamente, estes resíduos estiveram depositados nos terrenos da envolvente às instalações da fábrica da Siderurgia Nacional da Maia



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

durante vários anos, restando ainda no local, desde a transferência de parte deles em 2002 para as Minas de S. Pedro da Cova, cerca de 30.000 ton de resíduos. Nunca foi efectuado qualquer estudo relativo a eventual contaminação das águas subterrâneas dessa área, o que agora se questiona, face à determinação da perigosidade dos resíduos em questão.

Foi igualmente difundido publicamente, que estes resíduos tinham sido "encaminhados para um centro de deposição próprio" (in JN de 18 de Março de 2011), diligência que desconhecemos e sobre a qual gostaríamos de ser esclarecidos. Ao que sabemos, e somos confrontados pela população e membros das Assembleias de Freguesia locais, estes resíduos ainda se encontram no mesmo local.

Reiteramos ainda informação relativa aos depósitos de sucata espalhados pelos terrenos envolventes às instalações fabris desta unidade industrial, sem cobertura que proteja o material ferroso das chuvas, minimizando a lixiviação e infiltração de águas contaminadas nos solos, que não têm as devidas condições de impermeabilização, questionando-se as condições em que foi emitida a Licença Ambiental destas instalações industriais.

Pelo exposto, como Autarca e defensor da qualidade de vida da população Maiata, solicito a V. Excia um esclarecimento cabal relativamente às situações descritas, bem como tratamento semelhante da situação, no que diz respeito ao apuramento da contaminação das águas subterrâneas pelo depósito dos resíduos perigosos nos terrenos envolventes às instalações industriais da Siderurgia Nacional, na Maia.

.../...



- Entre a "Academia das Artes da Maia", o "Tecmaia", a "Maiêutica" e o "ISMAI" foi celebrado um protocolo com vista à criação do **CEITEC** - Centro de Empreendedorismo ISMAI-Tecmaia que terá como missão e objectivo a formação e o apoio ao empreendedorismo.

Esta parceria tem por objecto principal o desenvolvimento de planos de formação e a prestação de serviços a pessoas ou equipas que pretendam desenvolver actividades existentes ou que estejam ou pretendam lançar novos projectos, em especial de novas empresas de base tecnológica, e de valor acrescentado para a economia regional e nacional.

Por outro lado, mas no mesmo sentido, visa a promoção da inovação empresarial, da competitividade das empresas e instituições, da franca utilização das novas tecnologias de informação, bem como da criação de mecanismos de ajuda ao combate ao desemprego juvenil a que acresce a perspectiva da melhoria dos índices de empregabilidade dos cursos de ensino superior ministrados no Concelho da Maia.

Assim, estabelece-se uma cooperação e uma parceria entre entidades que, ao se complementarem, podem aportar ao projecto as mais-valias de cada uma delas e do seu saber e experiência acumuladas.



O CEITEC ficará aloocado nas instalações do Tecmaia, aproveitando as suas modernas infra-estruturas bem como tirando partido da forte relação do Parque de Ciência e Tecnologia com o tecido empresarial do Concelho da Maia e da Região.

- A candidatura que o Município, através da "Espaço Municipal", apresentou ao PROHABITA, nas vertentes da reabilitação, de construção, aquisição e arrendamento de fogos, foi apresentada pela primeira vez ao IHRU em Maio de 2009. Em sequência a diversas reuniões e ao envio da documentação que foi sendo sucessivamente solicitada por aquele organismo, apresentámos, em Novembro de 2010, a reformulação da candidatura que levava em linha de conta uma programação a dois anos em vez dos cinco anos anteriormente admitida, bem como um reajustamento das verbas em causa.

Todavia, e após todo este longo processo, chega-nos a notícia, por meios informais, duma nova eventual alteração de critérios para o que teria já sido constituído um grupo de trabalho. Ora isto, a acrescer à queda do Governo, leva-nos a temer o pior.



Two handwritten signatures are present in the top right corner. The first signature, "D.M.", is written in cursive and appears to be the signature of the Mayor. The second signature, "J.P.", is also in cursive and appears to be the signature of the Director of Services. There are also some small, illegible marks or signatures above them.

- Celebrámos um Protocolo com a Direcção-Geral dos Serviços Prisionais que visa regular a cooperação entre as instituições.

Ao momento, o acordo incide na formação dos efectivos do Serviço de Polícia Municipal da Maia a ser ministrado através do GISP – Grupo de Intervenção e Segurança Prisional nas áreas de tiro, defesa pessoal e Ordem Unida e a disponibilização por parte do Município de um conjunto de instalações desportivas para treino do referido Grupo.

- A Câmara Municipal patrocinou a edição póstuma de um livro que reúne Homilias Pascais de Dom António Ferreira Gomes, que foi Bispo do Porto, intitulado “Para uma Civilização de Amor e Liberdade”.

Em cerimónia, muito concorrida, realizada na Câmara Municipal, e em co-organização com a Fundação SPES, serviu o livro para a evocação do Homem que durante muitos anos foi Bispo da Diocese do Porto, e que muito marcou esse tempo e esse cargo, tendo permanecido na nossa memória como um homem justo, o pastor activo, o intelectual lúcido e o lutador pela liberdade e dignidade humana.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

- Na actividade económica relevaria a consumação de dois projectos empresariais, ambos na área da saúde, e ambos com instalações no mesmo edifício, que recentemente abriram portas no centro da cidade. Refiro-me ao Hospital de Dia da Maia, um projecto já de todos bem conhecido e que agora disponibiliza os seus serviços aos Maiatos e outro menos conhecido de uma empresa de gases medicinais que aqui veio instalar o seu Centro de Operações (de âmbito nacional) que inclui um “call center”. O número de postos de trabalho especializado ascende a quase quatro centenas.

A finalizar, informo que o saldo de tesouraria da Câmara Municipal, à presente data, cifra-se em Euros, repartido da seguinte forma:

- | | |
|-------------------------------|--------------|
| a) Documentos – | 1.568.216,70 |
| b) Dotações orçamentais – | 1.108.315,61 |
| c) Dotações não orçamentais – | 4.604.685,58 |



A handwritten signature in black ink, appearing to read "António Gonçalves Bragança Fernandes".

CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

Sendo tudo o que, ao momento, me cumpre informar, manifesto-me ao inteiro dispor de V. Exa e da Exma Assembleia Municipal para prestar quaisquer outras informações mais especiosas que, eventualmente, entendam por necessárias e ou convenientes.

MAIA E PAÇOS DO CONCELHO, 8 DE ABRIL DE 2011,

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

A handwritten signature in black ink, appearing to read "António Gonçalves Bragança Fernandes".
(ENG. ANTÓNIO GONÇALVES BRAGANÇA FERNANDES)

Doc. 18

✓ AF
P

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

Senhores membros da Mesa da Assembleia Municipal,

Senhoras e Senhores Deputados,

Órgãos da Comunicação Social,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Com um orçamento para 2010 cujo valor final ascendeu a 105.760.860 €, a receita cobrada pouco superou os 69 milhões de euros e a despesa paga situou-se nos 70 milhões de euros, representando uma taxa de execução orçamental na ordem dos 66%.

AO NÍVEL DA RECEITA

Durante a gerência de 2010 as receitas totais do Município da Maia registaram um decréscimo de cerca de 9.200.000€ (nove milhões e duzentos mil euros), ou seja, apresentaram uma redução de (-) 11,7%, em relação ao ano anterior.

Quanto às receitas correntes:

O seu decréscimo ronda os (-) 3.000.000€ estando associado sobretudo à redução dos impostos indirectos em cerca de (-) 13%,

✓ ✓ ✓

designadamente na rubrica de loteamentos e obras que decresceu (-) 21% face ao ano anterior, à redução patenteada pelos Impostos Directos que diminuíram 6,5% em relação ao ano transacto.

De salientar que a DERRAMA teve uma evolução negativa em 4.000.000 de euros (cerca de – 38 %) e que a diminuição do IMT se cifrou em quase 3 %.

Importa de igual modo registar a redução do FEF, uma vez que o Município, em 30 de Junho, foi confrontando com uma redução total de 500.000€.

De facto é importante que se registe que, na sequência das fortes restrições impostas pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento no sentido da consolidação orçamental das finanças públicas, o Governo tomou um conjunto de decisões relevantes, cujas linhas gerais são públicas e conhecidas, e que visam reforçar e acelerar a redução de défice excessivo e o controlo do crescimento da dívida pública, disposições que contemplaram novos limites ao endividamento municipal ainda mais restritivos.

Assim, se até 30 de Junho de 2010 o município estava obrigado a cumprir os limites de endividamento estabelecidos pela Lei das Finanças Locais, a partir de 01 de Julho de 2010, e a meio de um exercício económico, o que é importante que se refira, é-lhe imposto um novo limite. Mais, foi imposta a impossibilidade de acordar contratualmente novos empréstimos, incluindo todas as

formas de dívida que impliquem um aumento do seu endividamento líquido.

Todavia, e na continuidade do que se tem verificado nos anos transactos, o orçamento da receita corrente apresenta um elevado grau de execução, superando os 100%.

Quanto às receitas de capital:

A receita de capital situou-se nos 10 milhões de euros, significando uma redução de (-)38% relativamente a 2009, levando a que a taxa de execução orçamental se situasse nos 25%. Esta taxa de execução é fruto da não concretização das operações previstas numa parte substancial das receitas de capital.

Comportamento inverso registam as transferências de capital, que apresentam um aumento de (+)160% face a 2009 em consequência sobretudo do aumento comparticipação comunitária de projectos co-financiados, que totalizou cerca de 6.500.000€.

Apesar deste cenário de diminuição das receitas continua a ser de relevar a capacidade financeira demonstrada pelo Município em gerar receitas sem recurso a capitais alheios, considerando os bons rácios da estrutura das suas receitas.

✓ ✓ ✓

De notar que o peso das receitas próprias no total das receitas é de 67% e que o peso dos impostos directos no total das receitas é de 49%.

AO NÍVEL DA DESPESA

O volume total da despesa paga se cifrou nos 70 milhões de euros, sendo de 89 % a taxa de execução da despesa paga sobre a despesa realizada.

Relativamente a exercício de 2009 registou-se uma redução do total das novas despesas realizadas em cerca de (-)5%, em resultado da redução das despesas correntes em (-)9%. As despesas de capital aumentaram ligeiramente (+)3% face ao ano anterior.

Estes números assim ditos, numa fase de grande recessão das autarquias, acompanhando a deficiente conjuntura económica nacional, e sem mais qualquer apreciação adicional para a sua justificação, **reflectem, claramente uma eficiente gestão da autarquia.**

v
AP
P

Clarificando aqueles números, posso acrescentar que não obstante o aumento registado do IVA e o aumento da taxa de inflação conjugado com a redução da receita total cobrada, foi possível reduzir a despesa total em cerca de (-)5%, relativamente a 2009, o que patenteia o esforço desenvolvido pelo município no âmbito da contenção global da despesa autárquica.

Por outro lado é de destacar a notória recuperação da dívida transitada o que, de igual forma, denota o esforço financeiro realizado pelo município. No ano em análise, e na sequência dos anos anteriores, a dívida foi reduzida em 8.602.162€.

Ao nível das despesas correntes:

As despesas correntes ascenderam a cerca de 42,5 milhões de euros, o que significa menos (-) 9% de nova despesa realizada face a 2009.

Esta redução da despesa nova realizada verifica-se na generalidade das rubricas sendo que na Aquisição de bens e serviços a diminuição é de 4,5%, nas Transferências Correntes de 7,4%, nos Subsídios de 54,5% e nos Juros e outros encargos a diminuição atinge 23,4%.

As despesas com pessoal ao totalizarem 19.337.471€, espelham um aumento residual de (+)2,9% face a 2009 em consequência sobretudo de novas contratações na área da educação (AEC's) em

resultado da transferências de novas competência para os municípios. Todavia, esta despesa não é contemplada para efeitos de cálculo dos limites com pessoal estabelecidos na lei.

Ao nível das despesas de capital:

Se bem que não se tenham verificado grande alteração ao Total da Nova Despesa de Capital realizada em 2010 regista-se que:

- O investimento global realizado pelo município situou-se nos 25,8 milhões de euros, assumindo assim um acréscimo de 3% face ao ano transacto.
- Ao nível do PPI que representa cerca de 62% das despesas de capital, regista-se uma nova despesa realizada de 17.033.192€ superior em cerca de 9% em relação a 2009.

Neste tipo de despesas, destacam-se os investimentos realizados na área das de edifícios e equipamento informático totalizando cerca de 5 milhões de euros, assumindo especial destaque as construções de centros escolares.

- Importa aqui também referir o esforço financeiro do Município na amortização dos empréstimos que, na gerência em análise, totalizou um montante global de cerca de 7,5 milhões de euros.

EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

No final de 2010 a Dívida Total, ao situar-se em cerca de 76 milhões e novecentos mil euros, apresenta um notável decréscimo de 10 %.

A Dívida de Médio e Longo Prazo, de cerca de 60 milhões de euros, diminuiu 11,3%.

E que a Dívida de Curto Prazo no montante de 16,6 milhões de euros, apresenta um decréscimo 5,3%.

Num quadro mais geral, e se considerarmos a evolução do endividamento global do município entre 2004 e 2009, a diminuição situa-se nos 35%, o que significa um abatimento na dívida global em 41 milhões de euros.

Quanto à diminuição do endividamento de curto prazo, há a salientar um grande esforço do Município pois reduzimos a dívida em quase 9 % aos fornecedores de imobilizado e em cerca de 13% nos outros credores.

Uma nota acerca do acréscimo de 39 % registado na rubrica de fornecedores de conta corrente: é que tivemos de solver integralmente toda a facturação associada a projectos co-financiados cujo prazo de financiamento terminava em 31/12/2010,

sob pena de perda de financiamento. Tal circunstância exigiu que parte substantiva das disponibilidades de tesouraria fosse canalizada para o pagamento de facturação dos projectos co-financiados com natureza de imobilizado em detrimento de dívida de natureza corrente.

Caso contrário, teria sido possível um comportamento similar destas duas rubricas, em detrimento, como é evidente, de uma redução tão acentuada como a verificada na componente dos fornecedores de imobilizado.

Uma nota quanto à redução do prazo médio de pagamento, que ao momento se situa nos 75 dias de acordo com a metodologia da DGAL.

Refira-se que no que diz respeito a projectos co-financiados, onde já existe emprego de capitais na realização de despesas de investimento, e como tal, dívida consolidada, que o Estado apresenta uma dívida para com a autarquia que supera os 2 milhões de euros.

Dec. 19



1

88

Bloco de Esquerda
Maia

Sr. Presidente da Câmara
Sr. Presidente da Assembleia Municipal
Srs. Vereadores
Srs. Deputados
Exmo. Públco Presente
Digníssima imprensa

Sobre a Prestação de contas e Relatório de Gestão de 2010, a conclusão a que chegamos é que a situação económica e financeira da Câmara continua por um caminho difícil e sem perspectiva de num futuro próximo conseguir imprimir uma acção de investimento estruturado e sustentado na resolução dos problemas do concelho. Isto porque, se tem ficado quase pela gestão corrente, apesar do desinvestimento que se faz sentir na acção da autarquia e que vai continuar por força de condições financeiras objectivas provocadas não só pela situação económica do país, mas também e fundamentalmente por uma gestão de critérios muitas vezes duvidosos dos executivos de maioria PSD CDS que vêm liderando há mais de duas décadas...

Pelo que não ficamos satisfeitos pelo facto de ter que afirmar que as dificuldades ainda vão perdurar por muitos anos! Com todas as consequências que daí advirão para o nosso concelho...»

O que mais desejávamos era constatar a boa saúde financeira da nossa autarquia, de modo a poder continuar a construir um futuro melhor para os Maiatos... Pois apesar dos avanços conseguidos as carências ainda são muitas e nos mais diversos sectores sociais da nossa comunidade, e que como é natural, não vou agora referir...

Apesar de tudo, somos optimistas quanto ao futuro e tudo faremos para que sejam efectuadas correções no sentido positivo, mas sabemos que só com uma alteração profunda no actual quadro político no concelho é que tal se conseguirá e nós acreditamos que isso é não só possível como absolutamente necessário!

✓ ✓

ABORDO AGORA ALGUMAS NOTAS SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO E AS CONTAS DE 2010 QUE, EM NOSSO ENTENDER, SÃO SINTOMÁTICAS DAQUILo QUE ATRÁS REFERIMOS.

Assim:

1. As contas da Câmara Municipal da Maia relativas a 2010 confirmam, mais uma vez, a denúncia que ao longo dos tempos vimos fazendo. Os orçamentos elaborados do município têm feito sistematicamente previsões de receitas empoladas, designadamente nas receitas de capital, as quais recorrentemente não se confirmam nas contas.
2. Mais uma vez, a receita de capital prometida para 2010, em sede de orçamento, 40.167.832 milhões de euros, não se confirmou, ficando-se pelos 10.082.82 milhões de euros, ou seja, 1/4 do orçamentado. Isto é um grau de concretização de pouco mais de 25% É obra! Como é possível um erro de cálculo desta dimensão?
3. Verifica-se ainda que, no que diz respeito ao orçamento das receitas correntes, as mesmas se ficaram pelos 81,7%. O que quer dizer que até aqui e apesar da facilidade de previsão das mesmas, estas não foram conseguidas... Tínhamos por isso toda a razão quando denunciamos que o Orçamento e Grandes Opções do Plano não eram para cumprir, pois a sua previsão assentava em pressupostos de receitas irrealistas.
4. Mas esta incapacidade – é mais uma vez evidente e grave - quando tem a cobertura dos técnicos que, na análise que efetuam, procuram de algum modo branquear ou amenizar essas insuficiências de difícil explicação. Referem no relatório que se verificaram no exercício catorze alterações orçamentais, alterações estas com incidências de vulto na dotação global do orçamento e que, como afirmam, “tiveram como única contrapartida a redução de dotações em diversas rubricas que se encontravam excessivamente dotadas”, que resultaram num reforço global de quase 10.000 milhões de euros! Apenas *mais um pequeno engano* de previsão, este!
5. Portanto, e no que se refere à capacidade da Câmara Municipal para fazer previsões, como muitas vezes aqui afirmamos, estamos conversados.
6. Têm, apesar de tudo, importância significativa as referências feitas na introdução da exigência aos gestores públicos e aos responsáveis políticos de uma atitude de Accountability, isto é, como afirmam na introdução ao documento, a exigência da prestação de responsabilidades de actos de gestão, não só na perspectiva contabilística monetária e financeira como também e, sobretudo, no mérito e eficácia da

✓ ✓ ✓

concretização de programas e planos de acção. É aqui que ainda encontramos muitas contradições quando confrontamos o Plano com a efectiva concretização. Isto porque só com uma obtenção de informação económica, financeira e patrimonial fiável e, tendo em conta a conjuntura, é que será possível tomadas de decisão mais correctas e uma gestão mais eficaz dos sempre escassos recursos financeiros da autarquia.

7. Assim, é obrigação, em primeiro lugar dos responsáveis políticos, mas também o é dos técnicos que elaboram as peças contabilísticas e financeiras, que sejam exigentes com todas as decisões com impactos na gestão da coisa pública e sobre as quais os políticos decidem e no nosso Concelho existem muitos e diversos exemplos de des controlo e falta de planeamento...
8. Posto isto, iremos referir os aspectos mais significativos resultantes das contas que nos foram presentes.
9. Desde logo, ressalta da análise global da receita, uma tendência sistemática de decréscimo significativa das receitas arrecadadas desde 2008: passaram de 78.620, para 78.430 em 2009 e 69.294 em 2010, correspondendo a uma taxa de execução de pouco mais de 66% relativamente ao orçamento previsto. E desgraçadamente a conjuntura irá provocar constrangimentos de execução ainda mais gravosos no futuro.
10. No que às Receitas Próprias diz respeito, e estas de importância decisiva para aquilar da capacidade de autonomia financeira que o município tem em gerar receitas próprias, a situação também é de decréscimo constante desde 2008 e passou, desde então, de 60.555 para 46.683 M de euros em 2010; se considerarmos que o peso mais significativo nestas receitas é proveniente dos impostos directos e indirectos, estes em queda livre, mas também dos rendimentos de propriedade e da venda de bens e prestação de serviços, a situação tenderá certamente a degradar-se, fruto da crise económica e social que cada vez se acentua mais e vai tornar o município mais dependente de receitas extraordinárias, cada vez de maior dificuldade de concretização, como são, por exemplo, os fundos de investimento.
11. Somando tudo isto, há necessidade de reduzir a ainda enorme dívida da Câmara, que apesar de ter diminuído em 10%, para os 76.927.197 €, o que consideramos positivo. O facto é que, apesar de tudo isto, o Município continua legalmente impedido de contrair empréstimos. Ora, tendo em conta a incapacidade de gerar receitas próprias e com o esgotamento das engenharias financeiras que levaram à antecipação e delapidação de receitas futuras, faz prever uma difícil gestão, dada a situação financeira criada pela maioria que governa o município há três décadas e que está cada vez mais reflectido no reduzido investimento, aqui espelhado na execução dos orçamentos dos últimos anos.

✓ ✓
7

12. E se, pelo lado da receita, a situação é o que é, pelo lado da despesa a situação também não se apresenta risonha. A começar pelas despesas com pessoal, as quais, no exercício, conheceram mais uma vez um agravamento de 2,83%. Será que o pessoal do quadro viu a sua situação salarial melhorada? Não parece ser o caso. Em boa verdade, os encargos com o pessoal do quadro até diminuiram ligeiramente no exercício.

Então onde está o porquê de tudo isto? Fundamentalmente porque os encargos com os titulares dos órgãos autárquicos subiram 38,4%! e os encargos com os contratados a prazo 6% e pessoal em regime de tarefa ou avença mais 21% e o pessoal em qualquer outra situação mais 172%! Isto é, pessoal nomeado para adjuntos de vereação!!!

13. Ora, numa Câmara em claro processo de desaceleração de actividade, não se percebe o agravamento desta rubrica e, sobretudo, não se comprehende a evolução do trabalho a prazo e precário; mas o mais grave, é a nomeação de um tão grande número de pessoas de confiança política, que fizeram disparar o número de acessores de vereação e os custos inerentes que passaram de 114.472 para 311.721 €! Onde está a contenção e o bom senso?

14. Afirmamos assim que a realidade acabou por se impor, mas efectivamente é para nós claro e evidente que a crise e as dificuldades reflectidas no documento não são para todos! Mas temos a certeza que chegará o momento em que os maiatos perceberão a verdadeira face da gestão do município. Acreditamos muito na capacidade de análise e inteligência dos Maiatos!

15. Por tudo o que atrás referimos, não podemos aprovar as contas e o relatório de gestão que nos é presente! Sabemos que a Maia deu passos importantes em muitos aspectos que não queremos escamotear! Mas tal como dissemos no debate das Grandes Opções do Plano, a política é feita de escolhas e as nossas são, de facto, diferentes.

A factura está aí! Cada vez mais cara para Portugueses e particularmente para os Maiatos!

✓
SP

Não metemos a cabeça na areia e a solução existe! Passa naturalmente por uma política estruturada em princípios diferentes, com os quais obviamente esta maioria não estará de acordo, mas pelas quais continuaremos a lutar e a propor aos maiatos, pelo que temos a certeza estes irão aderir cada vez com maior convicção!

Grupo Parlamentar do BE
Assembleia Municipal

Maia, 27 de Abril de 2011

Silvestre Pereira



COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

AP
F

Prestação de Contas e Relatório de Gestão

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal,

Demais membros da mesa,

Caríssimos Srs. Deputados,

Estimados membros do público:

O documento relativo à Prestação de contas e Relatório de Gestão de 2010 é reflexo da capacidade que o executivo tem de concretizar os objectivos a que se propõe em cada ano.

Desde logo, uma taxa de execução de cerca de 66% é claramente insuficiente.

No que toca às receitas previstas e receitas executadas verificamos um desvio de cerca de 35 milhões de euros, ou seja, este executivo previu em receitas mais 35 milhões de euros do que o que executou. Isto deve-se essencialmente ao empolamento das receitas de capital – situação que já não é nova e que se repete todos os anos.

Esta situação dá nota da forma pouco meticulosa como esta questão é tratada, dado que parece haver por parte

deste executivo graves dificuldades em perceber a sua capacidade em realizar receitas de capital.

Considerando as despesas e receias correntes e de capital, parece claro que parte da despesa é realizada pela poupança corrente, o que revela uma situação de asfixia orçamental que impede a realização de um real investimento da Autarquia em obra nova.

Relativamente à dívida municipal, ainda que tenha vindo a ser reduzida nos últimos anos, continua a ser excessiva e representa efectivamente um problema.

Com os cortes do estado Central e a diminuição dos fundos comunitários cada vez mais disputados, parece-nos que a Câmara municipal irá limitar-se a gerir despesas correntes nos próximos anos, não tendo condições financeiras para mais nada.

Este Relatório de gestão é revelador dessa mera gestão corrente e da impossibilidade de reais investimentos no Concelho que permita o seu desenvolvimento.

Por estas razões a CDU votará contra.

Bancada Municipal da CDU

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal
 Exmas. Senhoras Secretarias
 Exmo. Senhor Presidente da Câmara
 Exmos. Senhores Deputados
 Exmo. Público presente
 Senhores Jornalistas
 Minhas Senhoras e meus Senhores

✓ ✓
 ✓ ✓

Senhor Presidente,

O Documento referente à Prestação de Contas e Relatório de Gestão relativo ao ano de 2010 da C M, permite-nos fazer alguns comentários que de alguma forma sustentarão os números nele reflectidos e ao mesmo tempo o porquê da nossa concordância relativamente aos mesmos.

As Contas aqui apresentadas, foram objecto de Certificação Legal, ou seja, auditadas por uma entidade devidamente acreditada perante os diversos Organismos, que realizam o seu trabalho na análise técnico-contabilística dos documentos em discussão e por fim redige um relatório onde preconiza procedimentos futuros sempre que haja incoerência ou distorção com as Normas Legais e refere alertas sempre que hajam procedimentos incoerentes com as mesma Normas, ou de relevância significativa, e como dizem os Senhores Auditores, redigem esse relatório de uma forma profissional e independente, o que evidencia bem da seriedade do mesmo relatório e por isso faz parte integrante da Prestação de Contas.

E porque pensamos que do ponto de vista de relevância apenas há um alerta, que é o Endividamento da Autarquia, que merece a n/atenção especial e com o qual todos nós nos preocupamos e a Oposição se preocupa muito fazendo mesmo deste tema uma questão de vida ou de morte. Não da morte da Autarquia, mas da morte de eles próprios, principalmente do Partido Socialista que tem uma apetência relevante para o endividamento, o que tem sido catastrófico para todos Portugueses, mas na Maia não terão essa oportunidade para bem de todos os Maiatos. Aliás o P S é razoável a governar de cofre cheio e quando o cofre está vazio, que venha alguém para o encher.

Abordaremos então o problema do endividamento da Autarquia, quais as razões deste endividamento. Porque foi feito, e não foi para Despesa Corrente, foi antes para financiar Despesa de

✓
MF
J

Capital, ou seja investimento. E saber se o investimento feito á custa desse endividamento terá o retorno devido para o concelho, porque os investimentos só são problema se as perspectivas futuras desse investimento não se traduzirem em mais valias para benefícios de todos os Maiatos, porque é a pensar no bem estar dos Maiatos, fundamentalmente, que os sucessivos executivos da Autarquia fizeram esse esforço no passado e continuarão a fazê-lo no futuro.

Relativamente aos investimentos feitos na área económica, nomeadamente o enorme parque industrial, comercial e de serviços que existe na Maia, é nossa convicção de que essa perspectiva não só é possível como trará enriquecimento para o concelho da Maia, assim os governos criem condições económicas para a recuperação, por forma a que todo sector empresarial existente na Maia possa crescer e desenvolver-se como seria normal e não como tem sido com a os governos do P S, que apenas tem encontrado alternativas para o crescimento da crise, do desemprego, da degradação do sector empresarial, não só na Maia, mas que na Maia, dada a sua dimensão, sente de uma forma brutal, pois fez grandes investimentos para um crescimento sustentável deste sector e afinal o retorno desse investimento tarda em fazer-se notar, mas estamos certos de que, e atendendo á dimensão e diversidade das Empresas instaladas na Maia, será a Maia um dos primeiros concelhos a beneficiar rapidamente com o fim da crise.

Outro tipo de investimentos foi o que foi feito em Equipamentos Sociais, que vão desde a Habitação, Desporto, Saúde, Educação, Apoio Social, Parques Urbanos de Lazer e outros investimentos que tornaram a Maia um concelho apreciado e escolhido por muitos, que não tendo origens na Maia, viram na Maia um concelho com todos os requisitos para viverem de uma forma simples e agradável. E as pessoas que tem feito esta opção não são pessoas que antes residiam em Piódão ou Rio de Onôr, não, residiam em concelhos bem próximos da Maia, mas muito distantes em termos qualitativos.

São estas, em nosso entender, as principais razões porque a Maia se endividou. E fê-lo bem. E é por isso que estamos conscientes dessa dívida, dos benefícios e riqueza que com ela criamos, e sem grandes sobressaltos, continuaremos com o propósito responsável de respeitar e cumprir com os compromissos assumidos quanto á sua amortização. Para nós, PSD, as dívidas da C M serão sempre uma preocupação, mas nunca um problema.

✓
OP
P

Quanto á gestão da CM em termos de execução da receita e despesa, não temos grandes considerações a fazer, porquanto entendemos que mesma foi feita de uma forma correcta e criteriosa fundamentalmente do que diz respeito á despesa, tendo em conta os recursos ao dispor da Autarquia.

E numa altura em que os apelos á contenção e redução de custos vêm de todo o lado, o executivo da CM continua a dar um exemplo digno de registo. Continua a reduzir a despesa corrente, há semelhança do que aconteceu no passado, não por efeitos eleitoralistas, mas porque é essa a nossa forma de estar nos diversos órgãos, com total responsabilidade.

Reduzimos a despesa, sem nunca por em causa as necessidades do concelho. Veja-se o que investimos na Educação, no apoio aos Idosos, com apoios ás instituições que se empenham nesses cuidados, continuamos com os apoios ás crianças do ensino básico, apoiamos o desporto com a manutenção dos espaços desportivos, dando assim condições para a prática desportiva para todos, apoiamos a construção e manutenção de creches. Continuamos a trabalhar para que sector empresarial se desenvolva criando condições para que novas empresas se instalem na Maia e para as que existem continuem a crescer. Ou seja, utilizamos os recursos, que de facto não sendo os que desejariam, são os possíveis, mas mesmo assim não deixamos de fazer o que nos compete, fazendo da Maia um concelho cada vez mais competitivo e moderno.

Dirá a oposição, é pouco, deveria fazer-se mais. Pois é, mas como não temos a capacidade legal para aumentar os impostos nem podemos emitir títulos de dívida municipal para nos financiarmos, temos que nos governar com o que temos, porque para nos governarmos com o que não temos, tivemos o P S no País e deu no que está a dar. Crise e austeridade para todos incluindo para os muitos que irão nascer.

Por exemplo as receitas da Derrama baixaram e não foi pelo facto da taxa ser elevada, como fomos criticados pela Oposição, foi porque as empresas estão em crise e não é por culpa da CM é do Governo do P S.

A despesa de Capital também baixou. Pois baixou, só que as receitas baixaram mais.

Podíamos, á semelhança do que PS faz a nível nacional, criar uma empresa para adquirir património municipal, á medida, arrecadando por essa via receita para um show-off. Mas não, queremos viver com o que temos.

Costuma ser dito pela Oposição que os orçamentos são inflacionados propositadamente para a fotografia e que depois as contas são deflacionadas, mas não usamos martelos para fazer os números, ao contrario do P S que usa, não martelos mas picaretas ou perfuradores, a avaliar pelos buracos orçamentais e nas contas apresentadas pelo Governo do P S. E não é a Oposição que diz, ao contrário do que acontece na Maia. São os Credores do Estado, os que estão á rasca com o dinheiro que cá meteram. E o mais engraçado é que continuam a querer abrir mais buracos.

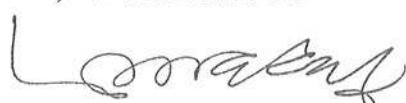
Mas como estamos e campanha eleitoral, vale tudo. Imaginem, que um dia destes vi, e penso que todos viram, na televisão a inauguração de uma auto-estrada, ou coisa parecida, a dois tempos. Um primeiro tempo para pessoas, com uma corrida sem qualquer regra desportiva. Apenas uma regra. Regra eleitoral. E quem estava a dar o tiro de partida? O Sr. Ministro das Obras Publicas, já demissionário. E por de trás do Sr. Ministro quem estava? Um grupo Folclórico, á custa de quem? Quanto ao segundo tempo, ninguém viu nada. Não deveria ser eleitoralmente relevante.

Senhor Presidente, termino com duas notas.

1º - Que as Contas do Município referentes ao ano de 2010 apresentam níveis de execução óptimos quer quanto á despesa quer quanto á Receita, e por isso merecem, sem qualquer reparo, a nossa aprovação.

2º - Manifestar ao Sr. Presidente da Câmara o nosso apreço e o nosso apoio, pela forma rigorosa e criteriosa em como tem gerido a Maia, porque só assim se evitará que o P S possa, se é que algum dia poderá, deitar por terra todo o esforço de muitos anos.

Maia, 27.ABR.2011





GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

✓

AP
D

Ex.mos
Presidente da AMM
Deputados municipais
Senhor Presidente da Câmara Municipal

1. O Partido Socialista assume, uma vez mais, nesta Assembleia Municipal e agora na apreciação do Relatório de Gestão para Prestação de Contas relativas ao ano de 2010, uma postura séria e construtiva, apostado como está na saúde financeira da autarquia maiata e na qualidade de vida de quem vive e trabalha neste concelho.
2. Vale a pena começar por sublinhar um primeiro aspecto essencial que decorre da leitura do relatório apresentado, quando apreciada a execução orçamental das receitas: o governo central tem tido um tratamento generoso para com a CMM. Com efeito, verificou-se um aumento de 32,9% das transferências globais, sendo que o aumento das transferências de capital foi mesmo de 159,6! Estes valores são muitos significativos, designadamente para uma autarquia que viu reduzida substancialmente – é verdade que por razões que não lhe são sempre imputáveis – a sua capacidade de autonomia financeira: de 2008 para 2010 o valor das receitas próprias desceu quase 25% (de 60,55 M€ para 46,68 M€).
3. Neste aspecto, vale a pena sublinhar ainda o peso das transferências para projectos comparticipados, com um aumento de 180,9% das transferências correntes e de 361,4% das transferências de capital. Sublinhe-se, a este propósito, o peso dos projectos associados à “requalificação do parque escolar”, responsáveis pela cobrança de 6,5M€ em 2010, com um crescimento, face a 2009, de 1016,1%! Uma boa ilustração daquilo que marca a generalidade dos projectos comparticipados, designadamente nas áreas da educação e da formação: estamos perante iniciativas políticas do governo central, dirigidas a todas as autarquias dos pais e com os devidos pacotes financeiros assegurados, a que a CMM apenas tem de dar uma resposta técnica. Infelizmente e em contrapartida, é bem menor a capacidade da autarquia para gerar iniciativas políticas e projectos que possam merecer a devida participação comunitária.

✓
MF
P

Uma debilidade que urge ser colmatada, para benefício da qualidade de vida dos maiatos.

4. Parece pois claro que as queixas recorrentes do poder autárquico maiato em relação ao governo são injustas e que o executivo terá que encontrar em si próprio os factores da inércia que vem marcando a acção política da CMM. Pela nossa parte, não deixaremos de considerar devidamente, na apreciação política das Contas apresentadas, os aspectos positivos que decorrem deste aumento significativo das transferências globais, no lado das receitas.
5. Há, entretanto, várias conclusões preocupantes que podem ser retiradas da apreciação das Contas relativas ao ano de 2010. Desde logo, note-se que o concelho da Maia continua a ser um mau redistribuidor dos recursos financeiros. Com efeito, se aumentaram as receitas tanto em transferências correntes como de capital, a verdade é que se reduziram as transferências que a CMM tem efectuado para as diferentes entidades maiatas. Num ano de crise e em que aumentaram as transferências pelo lado das receitas, percebe-se mal que tenha havido uma redução de 10,87% nas transferências para as instituições sem fins lucrativos. Como qualquer gastador, a CMM, no que diz respeito às transferências, continua a pensar receber mais e em disponibilizar menos...
6. Relativamente à dívida da autarquia, note-se que a CMM continua a ser, felizmente, forçada a reduzi-la, face às exigências que decorrem da Lei das Finanças Locais. Mantém-se, entretanto, dois sinais preocupantes, que aqui não poderemos deixar de assinalar. Por um lado, a situação da dívida da TECMAIA, com o peso assinalável para a CMM de 9,4 M€. Apesar dos activos desta empresa, só por mera cegueira política pode este valor ser minimizado. Há aqui um problema sério que precisa de ser encarado de forma séria e competente. Por outro lado, refira-se, também com apreensão, que a CMM continua a ultrapassar o limite legal de empréstimos em 3,25%. Uma situação que precisa de ser, também, urgentemente ultrapassada.
7. Uma última referência para a rubrica “despesas com pessoal”. Verifica-se, na CMM, um aumento de 2,83%! E isto numa altura em que o peso destas despesas, por razões bem conhecidas, tende a descer na administração pública. Veja-se, a título de exemplo, a descida, em 4,11%, destas despesas nos SMAS. Nestes aumentos de despesas com pessoal, há duas das suas componentes que, especialmente pelo seu valor simbólico, merecem especial reprevação. Por um

✓
✓
✓

lado, o aumento, em 38,35% das despesas com titulares de órgãos autárquicos. Por outro, o aumento, em 172,31%, das “despesas de pessoal em qualquer outra situação”, em consequência da nomeação de adjuntos de vereação. O PS insiste neste ponto: quando a lei prevê que, em municípios como o da Maia, o número de Vereadores a tempo inteiro devam ser três, não é razoável, nem se vislumbram razões que o justifiquem, a existência dos actuais 8 Vereadores, 6 a tempo inteiro e 2 a meio tempo. Parece-nos, aliás, que essa redução poderia mesmo contribuir para uma maior agilidade política do executivo maiato, que dela bem está a precisar.

8. Em síntese, nestas condições, o PS, embora reconheça os aspectos positivos que decorrem do aumento significativo das transferências globais, no lado das receitas, não pode votar favoravelmente as Contas da CMM relativas a 2010, continuando entretanto disponível para colaborar na construção de soluções sérias e sistemáticas que garantam a saúde financeira da autarquia e o desenvolvimento sustentável do concelho.

Maia, 27 de Abril de 2011



Luís Rothes

Líder do Grupo do Partido Socialista na AMM



DOC. 23

**Grupo Parlamentar do PPD/PSD
Assembleia Municipal
MAIA**

(Handwritten signatures)

PROPOSTA

Proposta do Grupo Parlamentar do PPD/PSD na Assembleia Municipal da Maia para a eleição de um senhor Presidente de Junta de Freguesia efectivo e um suplente para representar as Juntas de Freguesia da Maia no XIX Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses.

➤ **ILÍDIO DA SILVA CARNEIRO.**

Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira.

Suplente:

➤ **JOAQUIM MANUEL MARQUES GONÇALVES.**

Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro Fins

Maia, 27 de Abril de 2011

O Grupo Parlamentar do PPD/PSD

(Handwritten signature)